

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 28 de junho de 2021

Ata N.º 39

No dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e um, pelas vinte horas e trinta e seis minutos, no Cine Teatro São João em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Palmela, sendo a mesma transmitida simultaneamente via internet, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro

PONTO DOIS – Prestação de Contas 2020

PONTO TRÊS – Contas consolidadas 2020

PONTO QUATRO – Empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento de aquisição e reabilitação de imóveis e de terreno – Adjudicação

PONTO CINCO – Tomada de Posição sobre o Centro Hospitalar de Setúbal

PONTO SEIS – Autorização para assunção de compromissos plurianuais resultantes de «Contrato de gestão de eficiência energética», a celebrar com o consórcio AMENER – Eficiência Energética, S.A e Amener III Smart Energy, Unipessoal, Lda., ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro - retificação

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Joana Ribeiro Venâncio Pires;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sr. Luis Manuel Paciência Pato;
- Sra. Carlos Alberto das Neves Moço;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Nuno Duarte Ribeiro Delgadinho;
- Sra. Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sra. Sónia Cristina Rodrigues Matos Semião;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;

- Sr. António Joaquim Viegas.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. Carlos André Caetano da Silva;
- Sra. Ana Elísia Gonçalves Monteiro;
- Sr. Rui Manuel Marques Lourenço;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP)

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM)

- Sra. Luz Bela Correia Veríssimo.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira;
- Sr. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Por parte do Independente

- Sr. Mário Rui Faustino Baltazar.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU)

- Sr. Nuno Duarte Ribeiro Delgadinho;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sra. Rute Isabel Morgado Trindade;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS)

- Sr. Pedro Miguel Paula Biu.
- Sr. Jorge Manuel Marques Freitas.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luís Miguel Rezinho de Oliveira Calha;
- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro;
- Sr. Vereador José Calado Gertrudes.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sr. Nuno Duarte Ribeiro Delgadinho da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço** que se encontra presente.
- **Sr. Colin Michael Mateus Marques do PPD/PSD-CDS.PP**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. José Carlos Silva Lourenço** que se encontra presente.
- **Sr. Pedro Miguel Paula Biu do PS**, justificou ausência à sessão, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos André Caetano da Silva**, que se encontra presente.
- **Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Joana Ribeiro Venâncio Pires**, que se encontra presente.
- **Sra. Rute Isabel Morgado Trindade da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião**, que se encontra presente.
- **Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa da CDU, Presidente da União das Freguesias de Poceirão e Marateca**, justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **António Joaquim Viegas** secretário do executivo.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros o **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço**, **Sra. Joana Ribeiro Venâncio**, **Sra. Sonia Cristina Matos Rodrigues Semião**, da CDU, o **Sr. Carlos André Caetano da Silva do PS** e o **Sr. José Carlos Silva Lourenço do PPD/PSD-CDS.PP** que após juramento de honra e assinada a respetiva ata, que fica apensa à presente, foi empossado no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

A Sra. Presidente da Mesa:

“Boa noite a todos, agora sim penso que temos som, vamos dar início à nossa sessão, queria começar por cumprimentar todos os membros da Assembleia que estão aqui na sala, os membros da assembleia que assistem remotamente à nossa reunião e que temos a oportunidade de ver no nosso ecrã, cumprimento também os trabalhadores da Câmara Municipal que nos apoiam, aqui, hoje, nesta sessão bem como os munícipes que, eventualmente, que os acompanharão em casa, uma saudação especial ao Sr. Presidente da Câmara, ao Sr. Vereador e vamos proceder à chamada para a confirmação de presenças.”

Período de Intervenção dos Munícipes

Não havendo intervenções, a Sra. Presidente da Mesa passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período Antes da Ordem do Dia

A Sra. Presidente da Mesa:

“Muito bem, então vamos dar início à sessão com estas chegadas que entretanto, se vão fazendo ou com as confirmações que entretanto, vamos recebendo. Há um pedido então aqui dos nossos serviços no sentido de que os Membros da Assembleia que estão online por favor, desliguem o vosso som, está bem, o micro só quando, forem falar. O Carlos Moço tem um microfone ligado

Vamos dar início à nossa sessão é uma sessão ordinária como sabem, teria direito a participação do público que o desejasse fazer, nós tivemos alguns pedidos para assistir à reunião, eventualmente para intervir, não sei se há alguém presente em sala ou remotamente que queira intervir, colocar alguma questão à Assembleia? Que eu veja em sala não, se, entretanto, houver ou aparecer alguém das três pessoas que invocaram eventual interesse em intervir, durante este primeiro período da reunião poderão eventualmente fazê-lo.

Nós vamos continuando e, portanto, neste período antes da ordem do dia a para além das questões, habituais gostava de informar que temos uma moção apresentada pelo Partido Socialista, não temos outros temas identificados neste período antes da ordem do dia, pelo menos com documentos para apreciação, portanto, se estiverem de acordo e não havendo nenhum pedido de intervenção por parte de munícipes damos início à apresentação da moção do Partido Socialista e nesse sentido, eu pergunto quem quer apresentar? A moção é grande, eu não sei se justifica fazer a sua leitura, mas, enfim admito que sim, que nem toda a gente possa ter visto, a moção só me chegou hoje, o tema é sério, eu, por exemplo, tinha questões para dizer sobre ele, quando for assim um tema destes com esta dimensão e complexidade é bom que nós tentemos cumprir aquilo que acordámos, que é chegar um bocadinho mais cedo, mas quem deseja intervir por parte do Partido Socialista? Patrícia Caixinha estou a ver bem? Muito bem.”

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

“É a Patricia que vai falar sim, e peço desculpa, a culpa foi minha, só ontem tive possibilidade de fazer chegar a moção, embora a Patrícia a tenha preparado na sexta-feira, mas a minha agenda não me permitiu, peço desculpa.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Peço desculpa, eu, de facto, só recebi hoje.

Vejo que Manuel Lagarto acabou de chegar, já o tínhamos chamado, olá!

Vou dar a palavra então à Membro da Assembleia, Patricia Caixinha, para apresentação da moção do Partido Socialista, sobre a questão do acesso da Península de Setúbal aos Fundos Comunitários.”

Moção PS “Justiça para a Península de Setúbal no acesso aos Fundos Comunitários”

Tomou a palavra a **Sra. Patrícia Alexandra da Silva Bento Caixinha** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do BE um do MIM e um Independente – Mário Baltazar).

Sobre a Moção foram efetuadas, as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada.

Pergunto quem quer intervir a propósito da moção e do tema?

Não há pedidos de intervenção sobre este assunto?

A bancada da CDU, Domingos Rodrigues, tem a palavra, não vejo ninguém em casa, pois não? Estou a ver mal? Muito bem então vai usar da palavra, em representação da bancada da CDU Domingos Rodrigues.”

O Sr. Domingos Rodrigues da CDU:

“Muito obrigado Sra. Presidente, através da Sra. Presidente, cumprimento todos que estão em sala e também aqueles que estão em casa.

Entrando diretamente sobre esta questão desta moção, que entrou hoje de manhã, eu não vou dizer que fomos apanhados de surpresa, mas a verdade é esta, esta moção, é uma moção muito importante, mas era bom que conhecessem todos os objetivos daquilo que fizeram. Este grande livro que foi transmitido agora para esta moção, estaria também ajudar a ela, e era bom que fosse conhecido que, neste mês corrente, no princípio do mês, na Assembleia da República Portuguesa, o Partido Comunista Português, apresentou uma moção, um documento para se analisar profundamente esta matéria e esse documento refere “*Península de Setúbal fundos comunitários*”, proposta do PCP aprovada na Assembleia da República, por unanimidade.

Extremamente importante da análise sobre esta matéria em que também nessa proposta, se propõe por um lado e agora o Parlamento que aprovou por unanimidade, que seja preparada uma reunião o mais amplo e aprofundado instrumentos estatísticos sobre esta matéria para se reivindicar, não só para a Península de Setúbal, mas é para a Península de Setúbal a questão dos fundos comunitários e, por isso, nós dizemos que também era importante que esta moção e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista conhece bem e se calhar era bom que também tivesse fornecido à bancada do Partido Socialista para não trazer uma moção que é uma moção um bocado digamos, oportunisticamente, pôr nesta forma esta moção num objetivo eleitoralista.

Nós dizemos e, curiosamente, sobre esta moção refiro só aqui uma questão, a Assembleia Municipal aprovar a moção e será, se ela for aprovada, seja objeto de ampla divulgação e nós dizemos assim, estamos disponíveis com a redação que está aqui com algumas observações, em votar favoravelmente esta moção se ela tivesse em consideração, o que foi feito na Assembleia da República sobre esta matéria, também por unanimidade e que se acrescentasse que os Grupos Parlamentares na Assembleia da República e assim aqui que poderia se acrescentar à moção, se não tiverem disponíveis para isto, nós não vamos votar favoravelmente, creio que deviam refletir e se estiverem disponíveis para isto tem a bancada da CDU na base daquilo e termino a minha intervenção, como disse, foi aprovado na Assembleia da República por unanimidade de todos os partidos.

Obrigado Sra. Presidente.”

A Sra. Presidente da Mesa:

Há mais pedidos de intervenção?

Então tem a palavra o Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira.”

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

Boa noite, Sra. Presidente.

Permita-me cumprimentar todos e todas presentes na sala e que nos assistem via zoom ou teams.

Sobre esta questão eu quero dizer que o Bloco de Esquerda, à semelhança de outros partidos na Assembleia da República também tem defendido a constituição das “NUTS” mais favoráveis ao desenvolvimento económico da Península de Setúbal.

No entanto, é importante lembrar que o acesso a fundos europeus, não é a única razão pela qual a Península de Setúbal sofre de problemas estruturais, como a falta de transportes coletivos públicos de qualidade e tendencialmente gratuito. A dificuldade de mobilidade interconcelhia ou debilidades na proteção ambiental, a desorganização urbanística, a grave emergência habitacional ou baixos níveis de acesso a cuidados de saúde.

Tanto o Partido Socialista, como o PSD digladiam-se aqui pela originalidade da defesa destas propostas, ou da proposta das “NUTS”, mas eu quero aqui lembrar que em relação ao Partido Socialista houve aqui vozes dissonantes no Governo, ainda na altura do anterior Governo do Ex. Ministro Pedro Marques, que, quando questionado sobre esta questão, dizia que já não era possível reverter o processo e que depois a Comissária Europeia Elisa Ferreira, dizia que não, que não era bem assim, se o Governo fizesse um pedido à Comissão Europeia era possível reverter o processo, ainda que isso só fosse possível a partir de dois mil e vinte e sete.

Agora os caríssimos membros da Assembleia do Partido Socialista, vêm aqui chorar um pouco, permitam-me a expressão, sobre este assunto dizendo que, enfim, os deputados e os membros das Assembleias Municipais e os autarcas do PS na Península de Setúbal já reivindicaram, até Juventude Socialista já tem vindo a reivindicar, pois bem, já chega tarde estas reivindicações, porque neste momento, o atual Governo liderado por António Costa não dá sinal de qualquer tipo de cedência nesta matéria.

Enfim, em relação à moção depois destes considerandos dizer mais uma vez, que o Bloco de Esquerda tem-se batido também na Assembleia da República para reverter esta situação, para que os fundos estruturais sejam atribuídos à Península de Setúbal, de uma forma mais justa e que não é aquela que existe, neste momento com esta criação das “NUTS 3” e, por isso, com todos aqueles considerandos, ainda assim, o Bloco de Esquerda votará favoravelmente esta moção.

Disse.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada.

Mais intervenções?

Tem a palavra a bancada do PSD/CDS.”, Rosa Pinto.

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Ora na pessoa da Sra. Presidente da Assembleia Municipal, cumprimento a Mesa e todos os eleitos nesta Assembleia, bem como os que estão em casa a assistir à sessão. Na pessoa do Sr. Presidente da Câmara cumprimento todo o executivo da Câmara, bem como os funcionários, jornalistas, que estarão a assistir e outros em casa, bem como o público que esteja a ouvir a nossa sessão.

Ora bem, efetivamente já na anterior Sessão da Assembleia Municipal aqui foi referido, até por várias bancadas, que a campanha eleitoral, neste caso uma espécie de pré-campanha, teria começado. Efetivamente o que achamos desta moção do Partido Socialista é que ela peca por tardia. E peca por tardia porque efetivamente o Partido Socialista já vai no segundo mandato do Governo e muitas vezes as medidas que são

tomadas, uma coisa é serem tomadas nos gabinetes e outra coisa é aplicá-las na prática, no meu entendimento esta medida que foi tomada na altura, não foi a correta.

A Sra. Presidente da Mesa:

“Atenção há micros ligados.

Muito bem, pode continuar, penso que está tudo desligado.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Efetivamente, eu torno dizer que o Partido Socialista já vai no segundo mandato do Governo e, portanto, esta moção para mim peca por tardia. E peca por tardia porque efetivamente só agora questionaram, em dezembro de dois mil e vinte, a eventual alteração. Penso que isto podia ter sido questionado bem mais cedo, uma vez que além de terem Comissários Europeus, tinham também eleitos no próprio Parlamento e no Governo e até Portugal teve muito recentemente a Presidência.

Em todo o caso, sempre diremos, como eu estava a dizer que, às vezes as medidas aplicadas na prática são diferentes de quando se pensam nelas. Já há vários tempos e o Partido Comunista tem razão, que bem, sabíamos que tinha sido apresentada na Assembleia da República e aprovada por unanimidade e, portanto, se foi aprovada por unanimidade, uma maneira mais séria de apresentar uma proposta será através da Assembleia da República. Que é lá que estão as competências para deliberação sobre o assunto ser apresentado também depois pelo Governo e à Comissão Europeia. Considero que isto acaba por ser um meio de propaganda eleitoral e que será objeto de ampla divulgação, mas aí a ampla divulgação, teremos que divulgar todos que na Assembleia da República, os partidos estão todos de acordo.

Depois, o PS faz aqui no seu ponto catorze também, alguns considerandos sobre o PSD Distrital. Eu pessoalmente não tenho nenhum mandato especial para defesa do PSD Distrital, mas não vejo razão, a não ser por campanha eleitoral, estar aqui a ser mencionado isso. Até porque também no ponto dezassete, diz que, perante este cenário o Partido Socialista Distrital, a Juventude Socialista, os Deputados e os Autarcas, mas também não fala num Partido Socialista a nível concelhio. Também, não sei se será composto por todos os autarcas. Não conheço, vá lá, na íntegra, a vossa composição da estrutura totalmente.

Portanto, considero que vai tarde, considero que devia ter começado mais cedo. Em todo o caso, na Assembleia foi votada por unanimidade e portanto, parece que todas as forças políticas agora concordam com isso e que haja de trabalho nesse sentido são os nossos votos.

Relativamente a esta moção e aos considerandos e tendo em conta que ela para nós tem mais um fim eleitoralista do que outra coisa, porque na Assembleia da República efetivamente já foi aprovada por unanimidade uma decisão nesse sentido e para um estudo mais aprofundado. E até mesmo nas alíneas a), b) e c), considero que o Partido Socialista sobretudo na alínea c), não aponta aqui uma solução. Essa solução efetivamente, tem que ser amplamente discutida e, se calhar até baixar às comissões da Assembleia da República e, portanto, considero que, independentemente de sermos favoráveis a essa alteração e muitos de nós no CDS, embora possa não ter transparecido à data, demos essa posição à nossa líder de então. No que diz respeito ao PSD, eu não consigo aqui dizer o que é que se passou a nível distrital, mas mais me parece que isto aqui é mais uma moção eleitoralista e, como eu gosto de moções sérias, não posso votar favoravelmente, mesmo não sendo Social Democrata, esta moção.

O que eu recomendo, aí faria, uma recomendação, ao PS local, seria de trabalharem mais rápido e de o próprio Governo através do Orçamento Geral do Estado, pode também compensar alguns défices, uma vez que não é possível alterar segundo parece, estas “NUTS” até dois mil e vinte e sete. Nessa altura, muitos já não estaremos cá, outros já terão netos e, portanto, peca por tardia e penso que o Partido Socialista podia ter apresentado isto com mais tempo e não em dois mil e vinte, como aqui vêm a reivindicar. Lamento muito dizer-vos isto e, portanto, o nosso voto, independentemente de concordarmos com alteração das “NUTS” conforme aqui dissemos, não podemos embarcar neste tipo de moção e, portanto, terá a nossa abstenção, e é só.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada.

Mais alguma intervenção?

Não vejo nenhum pedido de intervenção, eu também gostava de fazer um ou outro comentário já agora, em parte, acompanho as questões, peço desculpa, vejo um pedido de intervenção de Patrícia Caixinha, mas ia-lhe pedir que me deixasse falar sobre o mesmo tema e depois respondia no final, sim?

Acompanho algumas das questões que aqui foram colocadas pelas diferentes bancadas que acabaram de intervir sobre o assunto, e particularmente gostava de sublinhar um aspeto, primeiro acho que era inteiramente justo que esta moção, nomeadamente para recolher a aprovação de mais eleitos municipais, era inteiramente justo que fizesse, referência, de facto às propostas já aprovadas, eu, enfim, nem vou fazer questão que se diga que foi uma proposta do PCP, mas faço questão que se diga que, de facto, há propostas aprovadas na Assembleia da República por unanimidade e que se foram aprovadas por unanimidade sobre este assunto, tem que ser tidas, devem ser tidas em consideração, portanto, sugeria que fosse aqui introduzida uma alínea, nomeadamente antes da alínea d), portanto, uma nova alínea d) e que a atual alínea d), passasse a c), para se dizer isso, não é, portanto, para que sejam tidas em consideração as tomadas de posição ou propostas aprovadas por unanimidade na Assembleia da República sobre este tema, pronto, isto porquê, porque concordo com outras observações que aqui foram feitas, nomeadamente acerca do tema a quem cabe a responsabilidade de pegar este assunto e é muito interessante, que seja dito agora como a vossa moção refere, que seja dito agora, que a própria Comissão Europeia para a Coesão, a Professora Elisa Ferreira, tenha reconhecido, enfim, tem um aspeto negativo que é o de dizer que futuras, isto é quaisquer ações só, ou quaisquer alterações só podem ter eventuais repercussões depois de vinte e sete, mas tem um aspeto positivo que está sublinhado na vossa moção que é, *“e o processo correspondente requer que sejam as autoridades nacionais a iniciar o processo adequado”*, ora, eu acho que é aqui que cabe a principal crítica a fazer ao Partido Socialista, é que efetivamente o Partido Socialista já foi interpelado em muitas ocasiões, nomeadamente aqui no âmbito da região em que nos inserimos, a Península de Setúbal, para levantar o problema, e sempre foi sendo respondido que o Estado Português não o podia fazer o Governo Português não podia fazer, isto era uma iniciativa que tinha que ser feita a partir, não é verdade, cabe ao Estado Português propor e até pode propor diretamente, enfim, no caso, não sei se é o Eurostat, porque é uma questão efetivamente estatística, mesmo que seja uma questão política, havia que ter feito alguma coisa, acho que esta crítica é por demais justa e, portanto, o mínimo, como eu acho que não faz sentido o Partido Socialista, imagino, não é que, não fará muito sentido, o Partido Socialista Regional fazer uma moção com uma crítica ao Partido Socialista Nacional, mas acho que, o mínimo é reconhecerem aqui o papel dos outros partidos na defesa deste assunto.

Depois, uma questão de pormenor, aliás, duas questões de pormenor, não faço questão propriamente na sua alteração, mas não deixo de referir, primeiro, quando nós falamos da questão para dar um bocadinho de rigor ao assunto, ou de maior rigor se me permitem, ao assunto, quando nós falamos no PIB da Área Metropolitana de Lisboa, a questão não se coloca dos nove concelhos da margem sul, relativamente aos nove concelhos da margem norte, não a realidade não é essa, por isso é que vale a pena pensar a questão globalmente, porque a questão coloca-se dos quinze municípios da Área Metropolitana de Lisboa, por referência aos três maiores municípios, em termos de PIB, da Área Metropolitana de Lisboa, concretamente Lisboa, Oeiras e Cascais, portanto, não é uma questão de somenos, isto não é uma questão da Península Setúbal, embora, naturalmente, nós agarramos de braços abertos, a ideia de que seja feita uma luta nacional sobre a Península de Setúbal, mas fica o alerta, isto não é um problema só da Península de Setúbal, é efetivamente um problema de vários municípios na Área Metropolitana de Lisboa, tendo por referência os municípios maiores em termos de captação de PIB e toda a gente percebe porquê, são os municípios onde estão instaladas grandes empresas ou pelo menos, as suas sedes, Lisboa, Oeiras e Cascais, daí a razão do peso do PIB que têm depois.

É isto, não faço nenhuma alteração concreta sobre este tema, porque o próprio texto não diz nenhuma imprecisão, não é impreciso, mas pronto, fica a nota.

Acho que o aspeto mais crítico é esse, devia acautelar outras posições e, sobretudo, insistir que cabe efetivamente ao Estado Português e neste caso, ao Governo que é quem representa o Estado, como é

evidente, propor diretamente alterações sobre este tema e, de facto, obviamente, é dispensável dizer que esperar que aconteça em dois mil e trinta, é uma causa quase perdida, mais nove anos, sem qualquer benefício, ou sem qualquer discriminação positiva para estes municípios, parece-me por demais evidente que é absolutamente injusto. Disse.

Devolvo então a palavra ao Partido Socialista, Patrícia Caixinha.”

A Sra. Patrícia Caixinha do PS:

“Obrigada Sra. Presidente.

Relativamente às vezes, é mais fácil e mais rápido cometer erros do que tentar corrigi-los, qualquer das formas, entendemos os comentários que foram efetuados.

Em relação ao projeto do Partido Comunista Português, o Partido Socialista votou favoravelmente, exatamente porque se revê genericamente nas recomendações que este projeto fazia ao Governo e portanto, nesse aspeto, estamos em sintonia em relação àquilo que é o melhor para as populações e para o território de Setúbal.

Concordamos em que de facto haja uma proposta aprovada pelas forças políticas e que estamos juntos nisto e é um reforço coletivo para a Península de Setúbal no seu todo, e disse.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Não percebi se vão acrescentar na moção de acordo com esta formulação simples que eu sugeri, ou outra mais adequada, lembrei-me desta por ser rápida e por ser facilmente perceptível e fácil de adotar, portanto, acrescentaríamos uma alínea na fase final, do texto, acrescentávamos uma alínea certo, portanto, antes da conclusão, depois da alínea c) introduzimos uma nova alínea d) que sejam tidas em consideração as tomadas de posição ou propostas, eu acho que foi uma proposta aprovada por unanimidade na Assembleia da República sobre o tema, porque isto facto significa que os diversos partidos têm estado comprometidos e interessados. Eu acho que tinha que haver aqui uma expressão, ainda final, desculpem, tinha que haver aqui que as alterações sejam concluídas e apreciadas de forma a entrarem em vigor, aqui estão-se a referir à definição do próximo quadro, não é, mas quer dizer, eu acho que tinha que haver aqui uma coisa no sentido de dizer que o mais rapidamente possível, não é? Porque, se houver alguma coisa que, no atual quadro em vigência pudesse ser, digamos que repensado, não vejo, porque não, isto é um processo estatístico, não é outra coisa, é um processo estatístico, não há aqui reformulação de limites territoriais, não há reformulação de autonomia, nada, isto é um processo estatística essencialmente, portanto, eu acho que nós tínhamos que ter aqui uma nota final, que sejam os responsáveis a dizer que só é possível em dois mil e trinta, mas quer dizer da nossa parte, cabe-nos dizer que, em dois mil e vinte e um já é tarde.

Vejam a forma mais adequada para pressionar este ponto último que passa de d) a e), e introduzir aqui uma expressão que seja um bocadinho mais pressionante do que esta ideia pacífica que cá estaremos para dois mil e trinta, desculpem, percebo que concordam comigo.

Aceita a alteração e, portanto, introduz-se uma nova alínea d) com esta formulação genérica que eu referi, a antiga alínea d) passa a e), a Patrícia depois faz o favor de rescrever e enviar, não é?”

A Sra. Patrícia Caixinha do PS:

“Sim Sra. Presidente.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Se não houver mais questões sobre esta moção, vamos votar.”

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, dois BE e um Independente - Mário Baltazar) e quatro abstenções (três do PPD/PSD.CDS-PP e um do MIM).

A Sra. Presidente da Mesa:

“Então vamos passar a outro tema, não há outras moções antes de outros assuntos para não esquecer, temos uma ata para apreciar ajudem-me, ata número trinta e sete, pergunto se há questões sobre a ata? São questões de pormenor, pronto, então correções de pormenor podem ser enviadas aos nossos serviços como habitualmente, não havendo votamos.”

A Ata número trinta e sete, de treze de maio de dois mil e vinte e um, foi aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (catorze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do BE, um do MIM, e um Independente-Mário Baltazar).

A Sra. Presidente da Mesa:

“Então passamos a outros assuntos neste período antes da ordem do dia pergunto aos membros da Assembleia, quem deseja usar da palavra, entre quem está em sala, quem está em casa, pedidos de intervenção por favor?”

Não há assuntos a tratar no período antes da ordem do dia?

Fantástico.”

O Sr. Carlos Silva do PS:

“Eu, Sra. Presidente, já tinha a mão no ar, Carlos Silva.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Ah, Carlos Silva, desculpe, desculpe, agora já estou a vê-lo, eu não vejo a sua mão, o meu computador não regista a sua mão.”

O Sr. Carlos Silva do PS:

“Desejar uma boa noite a todos na pessoa da Sra. Presidente, desejar uma boa noite a todos os Membros da Assembleia Municipal, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara a todo o seu restante executivo, saudar os funcionários municipais que nos dão suporte aqui à nossa sessão e saudar também os munícipes que nos estão a ver em direto e depois nos vão ver posteriormente em indeferido.

Eu tenho aqui algumas questões aqui para o Sr. Presidente da Câmara, uma das quais posso já dizer ao Sr. Presidente que é em relação a um aceiro na Lagoinha, que posso dizer ao Sr. Presidente, quando vamos na Estrada Nacional 379 e viramos para a rua dos Lusíadas e depois viramos do lado esquerdo, porque é um aceiro que não têm nome, um aceiro que desagua depois na rua das Flores, e que posso ou posso dizer que está a necessitar de limpeza, eu sei que este aceite é da área do Pelouro da Rede Viária, em relação a este aceiro posso repetir novamente, é um aceiro quando vamos na Estrada Nacional 379, viramos na primeira à direita na rua dos Lusíadas, depois viramos à esquerda e é um aceiro que desagua na rua das Flores.

Outra das questões que eu tenho é em Palmela, em relação ao cruzamento que fica no final da Avenida do Palmelense com a Rua da Serrinha, e eu queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, quando é que essa obra poderá estar concluída, existe um rasgo que é enorme no alcatrão, na estrada, e eu quero perguntar ao Sr. Presidente, quando é que poderá estar concluído.

A outra das minhas questões também é em relação à obra da Encosta do Outeiro, em que eu peço ao Sr. Presidente da Câmara ou a alguns Vereadores para que intervenham até junto dos empreiteiros, que eu tenho mesmo a informação que cai materiais construção nas habitações que estão próximas à encosta, cai por exemplo, mesmo muito cimento e até já há cimento sólido de uma certa forma e em grande certa forma e em grandes proporções e posso dizer que existe uma grua que fica lá durante a noite e que fica com umas grades suspensas, e o que é que já chegou a acontecer em alguns dias, essas grades caem e praticamente vão para dentro dos r/c das casas que ficam situadas nessa zona, em relação a essa intervenção da encosta na Quinta do Outeiro.

Outra das questões que eu também pergunto ao Sr. Presidente da Câmara é, se existe alguma forma, vistos já estar o estaleiro situado para esta intervenção, de poder aumentar a obra duzentos metros em relação ao talude para sul, porque poderia ser algo que pudesse ficar já concluído e não ter que gastar dinheiro até no futuro para a conclusão da obra completa, porque se formos a ver, é só uma intervenção num certo sentido.

Para finalizar a minha última questão, é em relação à requalificação da Praceta de Cabo Verde, eu sei que existe queixas de vários moradores em relação ao ruído que se regista aos domingos e aos domingos de manhã, e eu queria perguntar, porque, de facto, existe muitos moradores que se queixam em relação a essa questão e para já é uma obra que até penso que está dentro do prazo de execução.

Disse Sra. Presidente, obrigado.”

A Sra. Presidente da Mesa:

Obrigada também pela sua intervenção.

Outras intervenções, outras questões?

Alguém deseja usar da palavra?

Em casa não tenho registos, ajudem-me por favor, muito bem então aqui em sala a algum tipo de intervenção?

Não havendo passo a palavra, ao Sr. Presidente da Câmara.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sra. Presidente, boa noite a todas e a todos, cumprimento, V. Exa. a Mesa, restantes Membros da Assembleia, a Vereação presente, os trabalhadores e as trabalhadoras do município, os municípios presentes na sala e aqueles que nos acompanham na transmissão via Internet.

Com todo o gosto procurar esclarecer algumas das questões suscitadas pelo Sr. Membro da Assembleia, Estrada Nacional 379, rua dos Lusíadas, rua das Flores, se se refere à zona de Olhos de Água, Quinta das Flores, freguesia de Quinta do Anjo, quando fala num aceiro, bom tratando-se de um aceiro a desmatação, pois bem, ao longo da nacional compete às Infraestruturas de Portugal fazer a desmatação das bermas e dos respetivos entroncamentos, nestas ruas dos Lusíadas e das Flores, serão certamente intervenções programadas, que procuraremos nós fazer no interior através dos nossos serviços.

Relativamente outras questões do cruzamento, tomámos nota. Encostas do Outeiro problemas, incómodos, Sr. Membro da Assembleia, os moradores não nos têm relatado grandes incómodos, aliás, até numa visita que fizemos com o Sr. Presidente da Junta e com a restante comitiva municipal no âmbito da semana Palmela, os relatos e aquilo que podemos observar quer da limpeza da zona da obra, quer do relato que nos foi feito, é que tem havido uma grande compreensão e uma grande colaboração, porque sabemos que são obras impactantes com projeção de betão, com fibras, etc., etc., fazem ruído, provocam poeiras, provocam escorrimentos, etc., tem havido ali um excelente entendimento e as pessoas estão muito felizes, porque, finalmente verem aquela intervenção que lhes dá outra segurança.

Terão que ser analisados e avaliados no dia a dia através da fiscalização da obra, fazendo os nossos municípios chegar as suas dúvidas, as suas reclamações, os seus pedidos para nós podermos através da fiscalização da obra tentar encontrar as soluções que visem minimizar esses incómodos.

Quanto à ideia generosa de estender a intervenção e de aproveitar para fazer etc., o Sr. Membro da assembleia sabe que essas coisas não são feitas assim, o senhor sabe que cada obra tem uma empreitada a empreitada tem contratação pública, tem projetos, não se faz uma obra sem projeto, aquilo não é uma obra qualquer, é uma obra de estabilização de uma encosta, para além da zona a que o senhor se refere, entende-se de lotes privados e eu espero que quem venha ali venha a construir se quiser fazê-lo, venha também a investir na estabilização da zona onde vem a construir e, portanto, isso não é possível.

Também o ruído na Praceta de Cabo Verde ao domingo, de facto, foi dada autorização para funcionamento ao fim de semana, respeitando a lei do ruído e os horários, porque, ao contrário daquilo que V. Exa., diz, a obra não está dentro do prazo, e não está dentro do prazo porque teve suspensões por causa da "Covid", quer por infeções em trabalhadores, quer por suspensão de trabalhos, até na altura que choveu por causa de todos os taludes em betão que ali estão a ser feitos, também para estabilizar aquele morro para dar lugar a uma Praceta com muita dignidade, qualidade e segurança para todos, crianças e adultos poderem usufruir daquele espaço público, portanto, será também coisa para poucas semanas e acredito que o maior do ruído já passou, já estamos na fase de montagem dos equipamentos, portanto, a obra estará terminada dentro de pouco tempo e depois de passar estes pequenos quiproquós e incidentes, toda a gente certamente vai ficar muito feliz com a requalificação que ali foi feita, é o que lhe posso adiantar Sr. Membro da Assembleia."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada Sr. Presidente.

Então não havendo outras questões, vamos continuar e, nesse caso entramos no Período da Ordem do Dia, e volto a dar a palavra senhor presidente da câmara para apresentação da informação da atividade municipal.

Período da Ordem do Dia

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O Sr. Presidente da Câmara:

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Neste relatório da Atividade Municipal que visa caracterizar a atividade ente um de abril e trinta e um de maio, queria aqui destacar que de facto a pandemia COVID-19 continua a condicionar os nossos dias, o município tem estado fortemente empenhado no combate à pandemia, apoiando a saúde através dos seus meios e da Protecção Civil, forte apoio na área da vacinação, o município também continua a coordenar o funcionamento do Centro, onde estão destacadas/os várias/os trabalhadoras/es, continua a garantir o transporte de municípios sem meios de deslocação para a vacina, a garantir a vacinação ao domicílio de pessoas acamadas, todo o apoio logístico também na vacinação em lares, com as equipas da saúde, diligenciando também, junto das diversas entidades da tutela, no sentido da reabertura dos Centros de Dia das IPSS que já veio a acontecer, assegurando as necessárias vitórias a todas as entidades e também as realizações e coordenação dos planos de contingência.

No âmbito do programa PRIA – Percursos em Rede para a Inclusão Ativa, este período fica marcado também pela continuidade do serviço de teleassistência, também da linha de apoio social "Em linha para Si" e o destaque vai para a inauguração da Unidade Móvel de Saúde, que face ao período que atravessamos foi logo posta imediatamente em funcionamento, dedicada à testagem em núcleos urbanos mais dispersos.

Internamente, o Município continua a zelar também pelos seus trabalhadores/as com Equipamento de Proteção Individual, fizemos também o primeiro estudo de imunidade na organização, também foram criadas condições para encerrar o ciclo avaliativo 2019-2020, também na área dos recursos humanos isso permitiu depois iniciar o pagamento do Suplemento de Penosidade e Insalubridade no vencimento de abril, retroagindo a janeiro. No campo da formação, destaca-se diversas ações com a predominância um conjunto de ações on-line e também foi feita a concessão do plano de formação específico para Auxiliares de Ação Educativa, com temas com Primeiros Socorros Pediátricos, Área Comportamental e Apoio a Crianças com Necessidades Educativas Especiais, formação que tem muitos interessados até de entidades externas.

Esta fase foi, também, marcada pela progressiva reabertura de equipamentos, contacto com o público, muitas realizações, mas sempre com responsabilidade e segurança. Esta reabertura também foi sentida nos processos de participação cidadã, realizando-se, neste período, seis reuniões (uma *on-line*) no âmbito do processo interno "Eu Participo!" Trabalhadoras/es Municipais, também cinco reuniões "Eu Participo!" nas cinco freguesias e as Semanas das Freguesias de Pinhal Novo e de Quinta do Anjo, em formato adaptado a este contexto. Também o trabalho desenvolvido nesta área com as crianças continua a ser um caso de estudo, tendo sido apresentado, neste período, em ações na Escola Superior de Educação de Lisboa e no Centro de Administração e Políticas Públicas do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Universidade de Lisboa).

Obviamente, algumas efemérides como o Dia Mundial da Saúde, o 25 de Abril, ou o Dia Municipal do Bombeiro (com Sessão Solene, atribuição da Medalha Municipal de Comportamento Exemplar e a entrega do Cartão Municipal do Bombeiro). Festas de Encerramento do Fantasiarte, tudo isto foi adaptado, mas não se deixou de realizar e ainda assim com forte participação.

Com o processo de execução do Pavilhão Desportivo para a Escola Secundária de Palmela concluído, o Município preparou intervenções de requalificação de Espaços de Jogo e Recreio (EJR) em várias escolas, deu continuidade à beneficiação do logradouro e substituição dos EJR do pré-escolar e 1.º ciclo na EB Zeca Afonso (Pinhal Novo), e apetrechou escolas básicas e jardins-de-infância com novo mobiliário e equipamento desportivo.

No domínio da reabilitação urbana destacaria aqui a entrada em vigor da nova redação do regulamento do FIMOC (Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação em Imóveis Localizados na Área de Intervenção do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico da Vila de Palmela), introduz mais apoios, e está a ser reforçada a sua divulgação e aprofundado também o Programa de Dinamização da Reabilitação Urbana. O Município dá o exemplo, com ações próprias de salvaguarda do edificado e requalificação do espaço público. Assim arrancou e vai a bom ritmo a Requalificação do Monte do Francisquinho, em Pinhal Novo, que irá criar um novo ninho associativo e cultural em Pinhal Novo, foi também feito o arranque da obra de requalificação do antigo edifício da GNR de Palmela, que irá acolher o Centro de Investigação do Património Cultural e foi lançado, o concurso relativo à segunda fase da reabilitação da Capela de S. João Baptista.

Há uma crescente dinâmica urbanística que é visível através de um elevado número de atendimentos realizados, também depois de um processo de difícil comunicação e agendamento que durou largos meses, os processos têm batido todos os records nos últimos dois meses. O Município tem procurado reforçar a sua capacidade de resposta, através de uma *task force* multidisciplinar, que tem trabalhado, inclusivamente, ao fim de semana, e de um acompanhamento próximo, com abertura de uma "via verde" para projetos de especial envergadura, nomeadamente na área económica com elevado interesse regional e nacional.

Enquanto se aguardam os pareceres das diversas entidades ao projeto de revisão do Plano Diretor Municipal, já entregue, o Município está, também, bastante envolvido nos trabalhos relativos ao Plano Local de Adaptação às Alterações Climáticas (PLAAC) da Arrábida, também destacaria que se tem realizado em Palmela alguns seminários neste âmbito.

No campo das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, estamos a acompanhar o andamento dos trabalhos de infraestruturização, com vista à emissão do alvará de reconversão da Quinta das Marquesas I e III, e celebrou

protocolo com a Comissão de administração da AUGI do Bairro Maria Luísa, para abastecimento de água às/ aos proprietárias/os. Para se ter uma ideia da complexidade destes alvarás, da fiscalização destas infraestruturas, da aprovação de dezenas de projetos, de alterações a projetos das mais diversas especialidades, nas Marquesas I e III, quem conhece a sua dimensão sabe que estamos ali perante uma nova freguesia, são quase dois mil lotes e portanto, são muitos meses de trabalho de equipas técnicas pluridisciplinares para se chegar à redação de um alvará que tem centenas de páginas, redação, conferência, medições enfim, porque tudo depois tem de ser registado nas conservatórias nas devidas condições.

No período a que se reporta o presente relatório, dar nota que foi concluída a empreitada de drenagem e elevação de águas residuais domésticas da Lagoa da Palha, aliás neste momento as pessoas já estão a solicitar as ligações. Têm tido continuidade a infraestruturização na Lagoinha segunda fase, também de Cajados, também de Miraventos, Quinta Tomé Dias, Quinta das Asseadas (zona nascente), entretanto, também terminada e já estamos a elaborar projetos para as fases seguintes. A empreitada de "Controlo de perdas de água no sistema de abastecimento da vila de Palmela" que são daquelas coisas que estão debaixo da terra, mas há uns buracos em muitos sítios que vêm quase desde as Pegarias até ao Castelo, é de facto uma empreitada estratégica, contínua em execução, contemplando a instalação de sistemas de medição por controlo de telemetria em quarenta e sete locais da vila.

Salientamos também, a conclusão de várias obras de pavimentação e drenagem, por exemplo, Rua dos Ferroviários, no Vale da Vila, Rua Manuel Xavier de Carvalho, em Cabanas, estava em conclusão, mas já está concluída a Estrada da Quinta da Várzea, a Estrada do Montinhoso, a Rua António Henrique de Matos em Cabanas, a Rua do Campo da Bola nas Lagameças esta que ainda está em conclusão.

Também se deu início às campanhas de desbaratização e desratização, o corte de infestantes em todo o Concelho, com recurso a prestadores de serviços e trabalho por administração direta. A Autarquia continua comprometida na busca e teste de métodos que sejam inofensivos para as pessoas, os animais e o meio ambiente e, simultaneamente, eficazes no controlo e erradicação das ervas daninhas. Encetámos também uma experiência piloto, adjudicando a aquisição de um detergente especial para limpeza profunda das calçadas, com efeito biológico enzimático. Ainda nesta área, teve início a prestação de serviços de limpeza urbana com varredura mecânica, acompanhada de cantoneira/o com soprador, pelo período de 12 meses, para higiene periódica das vias, bermas e passeios em diversas áreas urbanas.

Também dar nota que o município concluiu e submeteu mais uma candidatura ao Fundo Ambiental, relativa ao programa educativo "Estuário, Serras e Montados de Palmela – Conhecer, Explorar, Proteger, Apropriar". No que respeita à eficiência energética, sublinha-se o desenrolar da empreitada em curso de implementação de energias renováveis e sistema de gestão eficiente de energia na Piscina Municipal de Pinhal Novo.

No espaço público, o destaque vai para a remodelação do Jardim de Cabanas/Largo Dr. Melo e Castro. O Município continua a estar atento às questões do bem-estar animal e concluiu a construção do Parque Canino de Quinta do Anjo, concluiu-se também o projeto para criar um parque de recreio para os animais junto ao CROA, entre outras benfeitorias junto ao antigo canil, como era designado, sala para gatil e atos veterinários.

Nos meses de abril e maio, também foi muito intensa a atividade relacionada com a defesa e promoção do património cultural. Foi concluída a CAFA – Castelos e Fortalezas da Arrábida, também foi feita a requalificação da sinalética exterior do monumento. O município acompanhou do ponto de vista arqueológico, importantes obras em curso, quer da sua responsabilidade – como é o caso do edifício dos Paços do Concelho e do Salão Nobre, a própria regularização da Ribeira da Salgueirinha, o reforço estrutural da Capela de S. João Baptista, o restauro dos janelões da Igreja de Santiago, também em curso – quer de outras entidades, como a reabilitação da Igreja da Misericórdia de Palmela.

Quanto a iniciativas, Palmela continua no centro de muita atividade, por um lado turística, pedestrianismo, *Arrábida Walking Festival*, dedicado aos sítios arqueológicos da Arrábida, que registou trezentos e quarenta e um participantes, voltámos a ter o 17.º curso sobre ordens militares, dedicado ao tema "Casas das Ordens Militares", e a inauguração das exposições "De Palmela ao Poceirão – uma viagem arqueológica" e

“Hermenegildo Capelo – naturalista” (acompanhada de um novo recurso pedagógico”. Há aqui de facto uma enorme dinâmica do serviço de Património e também do Serviço Educativo, para terem uma ideia, apesar das dificuldades, sete mil participantes em duas dezenas de atividades, promovidas pelo nosso serviço educativo.

Enquanto os edifícios da Rede Municipal de Bibliotecas Públicas do Concelho de Palmela foram alvo de várias obras de melhoria, também a sua atividade registou um incremento com a sua reabertura, com novos projetos, com a acessibilidade a novos conteúdos. O projeto “Nós, um livro e uma história”, envolveu, para terem uma ideia, mil oitocentos e dois alunas/os e o concurso literário “O tempo ao contrário”, este ano, dedicado ao tema “Liberdade”, recebeu cento e doze participantes. Também as sessões das conversas literárias “365 dias de romance”, tem chegado a públicos especialista nesta área, com muita participação e regularidade, e também a Formação para a Comunidade, que tem estado a ter um forte impacto nos últimos dois anos, terminaram os cursos de Escrita Criativa e de Português para Estrangeiras/os, e também um curso de formação em teatro, que teve depois aqui um espetáculo no Cine-teatro S. João.

Nesta dinâmica cultural, vários grupos de teatro locais e de outros pontos do país estrearam e repuseram espetáculos, as festas e os rituais comunitários como a Queima do Judas ou as comemorações do 25 de Abril, já abordadas, foram mais simbólicas, mas voltámos a programas presenciais como o Festival Manobras (Artemrede) ou Mural 18 (AML) trouxeram novas propostas, sendo de sublinhar a qualidade e diferenciação de iniciativas como o “Jazz nos Miradouros” ou os “Ciclos de Música de Santiago”.

Também o “Março a Partir” passou para maio, mas correu tudo bem e há de facto uma banda vencedora. Também terminou o curso de Animadoras/es de Campos de Férias, enfim, os CRJ recuperaram também aqui alguma atividade e têm sido determinantes para a ocupação dos tempos livres dos jovens e para alguma sanidade mental que precisamos nestes momentos.

Na atividade desportiva, destaque para mais uma edição da Clássica da Arrábida, com meta em Palmela e a participação de cento e onze ciclistas profissionais de equipas internacionais, bem como das etapas da Taça de Portugal de ciclismo em femininas e cadetes. Também o lançamento dos concursos relativos à construção de balneários de apoio ao Polidesportivo do Bairro Alentejano, também o concurso à beneficiação do Polidesportivo José Maria dos Santos (Pinhal Novo), bem como a aprovação de um novo contrato-programa a celebrar com o Judo Clube de Pinhal Novo, em prol do desenvolvimento da modalidade no Concelho.

Nos Mercados Municipais, atividades de dinamização, a segunda fase das obras da qualificação do Mercado de Quinta do Anjo já adjudicadas, a publicação do novo Regulamento dos mercados locais de produtores do concelho. Os Mercadinhos de Produtores Locais continuam a afirmar-se.

Também fizemos dois fins de semana de Mercado do Queijo, Pão e Vinho, que para terem uma ideia, receberam uma média de quatro mil visitantes cada fim de semana, tudo em segurança. Também houve a Mostra de Vinhos de Fernando Pó, online, e os Fins de Semana Gastronómicos do Queijo de Ovelha e da Sopa Caramela. Foi também apoiado o Mercado Caramelo, também numa versão especial e reduzida, e teve a satisfação de ser o mais premiado na primeira edição do concurso nacional “Cidades do Vinho”, com 24 medalhas atribuídas a diversas empresas do Concelho.

A adesão à *app* nacional “Portugal Por Dentro” e a marcação do percurso “Jardins de Vinhas”, em Fernando Pó, que é a primeira pequena rota certificada e validada na Península de Setúbal, é também de destacar e, portanto, estamos empenhados no plano de trabalho e também neste domínio do turismo, que está aqui, enfim, condicionado a aumentar a oferta integrada, criar oportunidades de negócio para os agentes locais. Oficializámos uma parceria com Guimarães, fizemos um webinar com Silves; norte, sul, nós estamos cá no centro. Marcámos presença no 1.º Salão Internacional do Turismo e Imobiliário de Lisboa, Alentejo e Setúbal, através da Câmara de Comércio e da Indústria Franco-Portuguesa, e Fórum Económico de Palmela reuniu mais de uma centena de participantes, que partilharam boas práticas e refletiram sobre inovação, cooperação e sustentabilidade, no contexto económico.

E, portanto, isto significa neste documento e nesta síntese, que neste concelho, o trabalho em parceria, em rede, nas mais diversas áreas, procura neste momento, mais do que ser resiliente, relançar novos desafios e novos projetos para quando pudermos chegar à tão almejada, normalidade.

Disse Sra. Presidente.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma questão sobre este ponto da informação do Sr. Presidente da Câmara sobre a atividade neste período?

Não vejo pedidos de intervenção. Vamos avançar. Passamos para o ponto seguinte. Porque vamos ter aqui...”

O Sr. Carlos Silva do PS:

“Eu Sra. Presidente, que eu tinha levantado a mão, Carlos Silva.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Oh Carlos Silva, é que a sua mão não é registada, mas a sua voz é!”

O Sr. Carlos Silva do PS:

“Era só para fazer um pequeno reparo ao Sr. Presidente, porque em algumas assembleias municipais anteriores, tinha traçado um cenário adverso, e poso-lhe dizer que na conclusão da atividade municipal, se formos a verificar face ao ano transato, só em termos do IMT, é praticamente um acréscimo de cerca de um milhão de euros.

Disse Sra. Presidente. Muito obrigado.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Eu não consegui percebê-lo, não sei se fui só eu... desculpe, não consegui perceber. Face ao ano transato?”

O Sr. Carlos Silva do PS:

“Face ao ano transato, sim, ao período passado, em termos do acréscimo de receitas do IMT.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Ah já percebi. Ok, sim senhor.

Pronto, então o Sr. Presidente da câmara vai continuar a intervir no ponto seguinte, e terá com certeza, a oportunidade de explicar o comportamento da receita ao longo do ano.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“O Sr. membro da Assembleia tem é depois é que depois ler o comportamento dos outros impostos e das outras receitas, para perceber o que é que se passa, melhor.”

PONTO DOIS – Prestação de Contas 2020

O Sr. Presidente da Câmara:

“Penso que posso apresentar o ponto da Apresentação de Contas, procurarei saltar aqui a extensa apresentação, pedindo que na prática a proposta e a introdução possam, se possível, serem integradas na ata. Portanto, a Prestação de Contas 2020, reflete a consolidação da tendência de crescimento de receita municipal iniciada em 2015, com uma ligeira quebra em 2016, e cujo ritmo e fundamentos se previram no relatório de enquadramento da política orçamental, que tantas vezes, às vezes é criticado quando estamos a apresentar o orçamento, mas afinal tem batido certo. Inscrito, aliás, na proposta de 2020, e nas Grandes Opções do Plano 2020-2023, sendo o valor arrecado em 2020, cinquenta, vírgula, dois milhões de euros, cerca de seiscentos mil de euros superior, ao valor do ano transato.

O valor, ainda assim, é mais alto desde 2003. O valor da receita arrecadada, fundos comunitários e empréstimos foi de quarenta e cinco vírgula, oitocentos e vinte sete mil euros, valor inferior ao registado em 2019, menos cerca de setecentos e cinquenta mil euros. É preciso quando nos referimos ao orçamento, perceber o que é o orçamento real, corrente, e aquele que é extraordinário por via das candidaturas, das obras que são feitas em parceria e com financiamentos da Administração Central, Fundos Comunitários, e o recurso a empréstimos para investimento.

Nas receitas próprias, a derrama, mais cento e quarenta e sete mil e quinhentos euros, e as transferências correntes e de capital, mais três vírgula um milhões, representam um desempenho positivo em 2020, em sentido inverso, as restantes rúbricas apresentam uma evolução negativa, os impostos diretos apresentam um valor de vinte e três vírgula cinco milhões, assumem no seu conjunto o maior peso, representando quarenta e seis vírgula oito por cento do total da receita arrecadada. Em termos absolutos verificou-se um decréscimo de cerca de oitocentos e dezanove mil euros, relativamente a 2019.

Nos impostos indiretos, estes apresentam uma evolução negativa, menos trinta e três vírgula oito por cento, em comparação com o valor arrecadado em 2019. Trata-se de um decréscimo de menos trezentos e quarenta e oito mil euros, e decorre em grande medida da diminuição das receitas com loteamentos e obras promovidas por empresas, em cerca de menos duzentos e trinta e três mil euros.

Taxas, coimas e penalidades apresentam um decréscimo de vinte vírgulas seis por cento, menos duzentos e vinte e dois mil euros.

Em termos orçamentais e na ótica de caixa, verificou-se uma receita de cerca de cinquenta vírgula dois milhões de euros, uma despesa de cinquenta vírgula um milhões, pelo que se obteve um saldo orçamental de cerca de mais cento e dezanove mil euros, a que acresce o saldo transitado de dois mil e dezanove no valor de cerca de dez vírgula quatro milhões, transitando para dois mil e vinte e um, um saldo de dez vírgula seis milhões.

A taxa de execução da receita situou-se no cento e três ponto sete, sendo a quarta mais elevada de sempre. No capítulo da despesa, efetuámos pagamentos no valor de cinquenta vírgula um milhões de euros, mais dois vírgula sete por cento do que em dois mil e dezanove, dos quais vinte e oito vírgula seis milhões de euros afetados diretamente às grandes opções do plano, ou seja, mais de metade do valor da despesa total paga, é imputada às Grandes Opções do Plano. A taxa de execução de pagamentos, foi de oitenta e cinco vírgula três por cento.

Despesas com o pessoal no valor de dezanove vírgula nove milhões de euros, sofreram um acréscimo de três vírgula três por cento, comparativamente com o ano anterior, e remuneraram um total de novecentos e vinte e dois trabalhadores, mais oito do que em dois mil e dezanove.

Na aquisição de bens de capital, regista-se um acréscimo de dois vírgula dois por cento, em termos absolutos mais cento e noventa e um mil euros, o que representa o melhor valor em termos absolutos, no quadriénio, portanto atingiu-se em despesas de capital, vulgo investimentos, oito vírgula nove milhões de euros.

A rúbrica de aquisição de bens e serviços, registo um total no valor de pagamentos de catorze vírgula um milhões, comparativamente ao ano anterior, dois mil e vinte diminuiu cento e oitenta e cinco mil euros.

As receitas correntes foram superiores às despesas correntes, portanto é cumprido o princípio de equilíbrio orçamental.

No caso da lei dos compromissos e pagamentos em atraso, num total de um milhão, trezentos e cinquenta e três mil euros, não existe qualquer valor de faturas em atraso, corresponde a um milhão, trezentos e cinquenta e um mil euros ao valor das faturas em receção e conferência, e o valor restante é referente a faturas cujo pagamento será efetuado nos prazos normais. Regista-se também aqui uma melhoria face aos valores existentes em dois mil e dezanove, que representavam um total de um milhão, quinhentos e trinta e sete mil euros.

À mesma data estavam por receber dívidas ao município no valor de cerca oito vírgula nove milhões de euros, não estando incluídos neste montante receitas provenientes de impostos municipais cujos dados continuamos sem conseguir apurar com rigor, por ausência de informação por parte da autoridade tributária.

No plano da nossa intervenção, o relatório é extenso, mas muito detalhado e é possível verificar que a sustentabilidade está presente cada vez mais nas opções e no quotidiano da organização, os dezassete objetivos de desenvolvimento sustentável, "2030" como orientação estratégica, estão na prática em quase todos os grandes objetivos programáticos da organização, as equipas promoveram projetos, estudos e ações conducentes a uma maior eficiência energética da organização e do território, à promoção da mobilidade suave, à qualificação do espaço público, à preservação de ecossistemas, ao ordenamento do Território e habitação urbana, à modernização e otimização de redes de infraestruturas ao bem-estar animal, ao consumo responsável e reforço dos circuitos curtos distribuição agroalimentar, à promoção da identidade local e dos produtos endógenos.

As questões da Educação para todas e para todos ao longo da vida está a acessibilidade em todas as suas dimensões, às relações intergeracionais, à inclusão, à participação cívica, plena, enfim, o estreitamento de muitas parcerias que é, de facto, uma preciosa malha solidária que faz de Palmela um concelho verdadeiramente rico neste domínio. Esta malha solidária foi, aliás, posta à prova em dois mil e vinte, que ficará para sempre associada à "Covid 19" e ao grave cenário de crise sanitária, social, económico que se lhe seguiu e esta malha deu mostras de enorme capacidade de resposta, autarquias, autoridade local de saúde pública, forças de segurança, bombeiros, IPSS, empresas e grupos informais de cidadãos e de cidadãs, uniram recursos e esforços nas mais diversas frentes, colocando as pessoas em 1º lugar.

Há de facto, um profundo impacto da pandemia no plano de atividades do município com muitas iniciativas canceladas, equipamentos encerrados, também é inegável o elevado nível de concretização, por outro lado, tem muitas áreas de trabalho com o redirecionamento de meios para a linha da frente do combate e aplicação de programas de apoios sociais e económicos.

Na modernização do serviço público e qualificação, vários objetivos de qualificação interna da organização, beneficiação de instalações nos serviços operacionais, renovação de parques de viaturas, máquinas, reforço de pessoal com a reversão do ciclo de decréscimo que vínhamos sentindo nos últimos anos. Num contexto de enormes dificuldades e incerteza sublinha-se ainda, a resiliência a dedicação e a capacidade rápida reorganização e adaptação contínua das diferentes equipas, que permitiu continuar a assegurar a prestação de serviço público e, até nalguns casos, impulsionar a reflexão e a inovação.

O plano de contingência interno priorizou a segurança e o bem-estar dos trabalhadoras e dos trabalhadores, organização do trabalho, produtividade, adoção de teletrabalho, potenciando o investimento que vinha sendo realizado no acesso remoto e licenciamento de software de produtividade, adaptação de instalações, reforço de limpeza e desinfeção de espaço e viaturas, distribuição de equipamento de proteção individual, dispensadores de álcool-gel nos edifícios públicos, visitas técnicas nos locais de trabalho, testes serológicos a trabalhadores, acompanhamento de casos suspeitos ou confirmados, criação de linhas telefónicas "Covide 19" e de apoio psicológico, são algumas das medidas implementadas a par das outras que eram correntes da valorização profissional, que continua a ser um objetivo permanente do município, que conseguiu proceder a alteração do posicionamento remuneratório de oitenta trabalhadoras por via da opção gestonária.

O município efetuou também uma revisão dos serviços online e a migração deste portal para uma nova versão melhorada e mais acessível, implementou uma nova estratégia de comunicação digital reforçando a presença institucional nas redes sociais e a produção de conteúdos audiovisuais, criou um balcão de atendimento e uma

linha telefónica dedicada a questões relacionadas com consumos de água, possibilitou também o seu pagamento nas delegações da União de freguesias de Poceirão e Marateca, o atendimento telefónico dada a conjuntura e o fecho de alguns serviços e a necessidade sempre de pré-marcação, para tratar de algum assunto, aumentou quarenta e um por cento, tramitaram no Centro de Contacto dezasseis mil novecentos e três processos, um aumento superior a duzentos por cento, o Julgado de Paz de Palmela continua a afirmar-se como um recurso valioso na resolução mais simples e célere de conflitos de pequena dimensão.

No "Eu Participo!", não obstante a conjuntura, foi possível ainda fazer algumas reuniões, adaptadas umas à distância, mas para se ter uma ideia por via deste processo de participação cidadã, há um conjunto de investimentos entre dois mil e dezanove e dois mil e vinte e um, propostos pela cidadania que atinjam três milhões de euros.

Na segurança e Protecção Civil, para além da ativação do Plano Municipal de Emergência e Protecção Civil que implica uma articulação de diversas entidades e que ainda hoje fazem diariamente para monitorizar as questões da "Covid 19" no concelho, e as respostas a articular, o ano foi marcado, enfim, por uma grande mobilização com o auxílio de mecenas, de empresas de apoio com equipamento de proteção individual, juntas, movimento associativo, mercados, comércio local, bombeiros, população, enfim, apoiou-se toda a gente com aquilo que havia, foi criado também um centro de alojamento de emergência que felizmente não foi necessário pôr em funcionamento, fomos inovadores com outra mobilização com um antivírico em lares nos períodos mais densos e complicados da pandemia nestes locais, centros de acolhimento, quartéis de bombeiros, um forte envolvimento também que os centros de saúde da Arrábida e com associações locais, garantindo também noutra domínio, ainda antes da "Covid 19", a vacinação gratuita nas farmácias a mil trezentos e setenta e seis municípios, estou-vos a falar da vacina contra a gripe, também uma inovação no ano passado, em que o município esteve fortemente envolvido.

Na área da segurança, enfim, para além de todo o apoio, dado na Protecção Civil ao funcionamento das equipas de intervenção permanente e dos grupos de bombeiros permanentes, para ter uma ideia também com os seguros das viaturas e o apoio aos investimentos são mais de quinhentos e noventa e dois mil euros por ano, tivemos da felicidade de ver finalmente em funcionamento o regulamento de concessão de benefícios aos bombeiros de Palmela, que articulou com a autoridade tributária, a redução prevista dos cinquenta por cento na taxa de IMI que já teve reflexos práticos este ano.

No desenvolvimento educativo, social, cultural e desportivo, como é sabido, o ano ficou marcado pela entrada em funcionamento da Escola Básica de Cabanas, ampliada e requalificada, muito do agrado da comunidade escolar, também na criação do refeitório da zona coberta da Zeca Afonso em Pinhal Novo, múltiplas ações de beneficiação em edifícios, logradouros, espaço de jogo e recreio, o apetrechamento vários jardins de infância com novo mobiliário, material didático, remoção das coberturas em fibrocimento da Escola Básica Hermenegildo Capelo, em Palmela e José Maria dos Santos, em Pinhal Novo, através de acordo com a colaboração com a Secretaria de Estado da Educação sem esquecer a execução do plano para o projeto para o Pavilhão Desportivo da Escola Secundária de Palmela, aliás, apresentámos na semana de Palmela, a toda a comunidade, porque já está concluído.

O plano inovador de combate ao insucesso escolar "Eu Conquisto o meu sucesso", permitiu também estreitar laços entre diversos atores do processo educativo, atribuição de trinta bolsas de estudo, a intensificação da distribuição de fruta no 1º ciclo e pré-escolar, a implementação do reforço alimentar, no pré-escolar bem como o seu alargamento ao 1º ciclo. É sabido que a "Covid 10" teve também impactos na rotina e práticas educativas, foi necessário o município empenhar-se na entrega de refeições em regime de Takeaway, para crianças desfavorecidas, com entrega ao domicílio em vários agrupamentos de escolas, também no ensino à distância o município teve que suprir algumas dificuldades das escolas, do Ministério da Educação e de instituições com o empréstimo de trinta computadores portáteis, aquisição de setenta e cinco HotSpot, box de televisão, cento e quarenta e cinco quites de Led Cam, auscultadores, microfones, distribui o material informático vário também, muito oferecido e cedido por empresas, dezenas tablets, por exemplo, depois a própria reabertura das escolas no início do ano letivo, desafiou-nos a ter de fazer circuitos específicos de transportes escolares, aquisição termómetros, tapetes desinfetantes para as entradas desmaterialização de candidaturas ação social escolar, a criação de três circuitos de transporte escolares, oferta de sete mil e seiscentas máscaras reutilizáveis, enfim, as ações do município tiveram que dar ainda mais atenção a esta

área da educação, com o reforço das condições e dos meios para que se pudesse estar em segurança nas escolas.

É imperativo também falar que o ano fica marcado por alguns casos sociais, aumento do desemprego, vulnerabilidade económica e o município também se empenhou em procurar com os seus meios criar um conjunto de isenções, reduções nas tarifas de água, alargámos o tarifário social a pessoas desempregadas, complementámos a rede de emergência alimentar e a rede local de apoio alimentar com o novo projeto que é distribuição regular do cabaz solidário saudável, composto por carnes de aves, para terem uma ideia, são beneficiados seis centos e noventa e dois munícipes, enfim, a criação das linhas telefónicas específicas do apoio ao "Covid", aquele projeto emblemático que envolveu noventa costureiras do concelho que produziram cinco mil e quinhentos e oitenta e duas máscaras.

Ainda na área social, apoios de emergência extraordinários, apoios reforçados às IPSS e o município também assinou e acordou os apoios com várias IPSS que apresentaram candidaturas ao "Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais. 3ª Geração. (PARES 3.0)", cedeu terreno também à Fundação COI, para este efeito, mas a generalidade das IPSS que apresentaram candidaturas, todas elas vão ter a participação do município em caso de aprovação. Depois também, mesmo noutras dinâmicas, sejam elas educativas culturais, etc., uma atenção especial às questões da inclusão, da acessibilidade, também o funcionamento da unidade móvel de saúde, começou a ser trabalhado no ano passado, aliás, todos os procedimentos foram feitos o ano passado, embora a entrega tenha sido feita só este ano, neste domínio ainda de desenvolvimento social, importantíssimo o processo de diagnóstico e elaboração da estratégia local de habitação que foi já concluído e apresentada também a esta Assembleia já este ano.

Dois mil e vinte, um aumento muito significativo da tramitação de processos relativos à área do Urbanismo que refletem uma nova dinâmica, também houve reflexos positivos no Centro Histórico, sobretudo no que respeita à conservação e reabilitação do edificado, também neste domínio das "ARUS", foi feita a conservação do Chafariz da Dona Maria Luísa, iniciou-se a obra de recuperação dos Paços do Concelho Salão z Nobre, concluiu-se a reabilitação do largo da Boavista, são exemplos de intervenções que levamos a cabo no núcleo mais antigo da Vila de Palmela, sem esquecer os trabalhos diversos no Castelo e apoio municipal também à conservação das igrejas de São Pedro, como já foi dito e da Misericórdia.

Este ano, o ano que findou estamos a falar de dois mil e vinte, foi também fundamental para a conclusão da revisão do Plano Diretor Municipal que foi apresentado como sabeis, no início deste ano à CCDR e que está ainda, em fase de recolha de pareceres antes da segunda e última reunião de concertação que decorrerá a dezasseis de julho deste ano.

Apesar das condicionantes da relação com o público a produção nas artes, nos artistas, no movimento associativo eu queria dizer-vos mais do que estar aqui a desfiar o conjunto de realizações, muitas delas inovadoras, ao ar livre, ópera, por exemplo, no Parque Venâncio Ribeiro da Costa, um conjunto de realizações do nosso movimento associativo, a própria edição adaptada da Festa das Vindimas, do FIAR, enfim, não se deixou de porfiar para fazer, para fazer com segurança, para fazer de uma forma diferente, inovando e isto sobretudo para não deixarmos também de conceder apoio a este conjunto de estruturas culturais, desportivas e associativas, foi um ano onde apesar da ausência e ou da não concretização de algumas atividades, o movimento associativo não deixou de ser apoiado nos seus planos, sejam eles de atividades de investimentos ou de obras de conservação/reabilitação.

Também no final do ano, melhorias no espaço público, nalguns monumentos emblemáticos, Coreto, Memorial do arco da ponte que veio perpetuar com uma instalação escultórica de três artistas locais, as memórias afetivas da população. Depois quem quiser também percorrer com algum detalhe, apercebe-se a fusão dos serviços educativos do Museu Municipal e da Rede Municipal de Bibliotecas Públicas, permitiu o alargamento da equipa e uma maior transversalidade e capacidade de resposta, com muita formação à distância, com formação para a comunidade e havendo uma diminuição de público nos equipamentos culturais, isto levou também a inovar, a fazer também conteúdos online para transmissão à distância e alguns mantiveram ainda grande interação. Quero também referir que em dois mil e vinte começou a empreitada de requalificação do Centro Comunitário de Águas de Moura, foi adjudicada nesse ano e iniciou-se ainda no final do ano, realizaram-se benfeitorias no Castelo, na Sacristia da Igreja de Santiago, nos núcleos Museológicos da Praça de Armas, que a intervenção de natureza estrutural nas Encostas entrou já no final do ano em fase de

conclusão, o "CAFA", já falámos, mas houve um conjunto de escavações arqueológicas que revelaram nova informação sobre a vida da comunidade Palmela, tudo isto é trabalho dos nossos técnicos, investigação, investimento avultado que às vezes não se vê, mas que é fundamental para a nossa história que é uma forma também de percebermos melhor caminhos do futuro.

Dia Nacional dos Castelos, Curso de Fortificações Romanas da Lusitânia, Jornadas Internacionais de Arqueologia "Terras, pedras e Cacos" a exposição "Alfaiate" de Vítor Gaspar", "Foi aqui que eu nasci" do Hermenegildo Capelo, é bom, por vezes, nós ouvirmos os conferencistas e especialistas nacionais e internacionais, neste conjunto de iniciativas, a forma como se referem a Palmela e ao município e a importância que conferem a um trabalho, que poucos municípios e poucas cidades às vezes da Europa fazem, no investimento do estudo destas matérias.

Com o desporto de competição, praticamente parado, ainda assim conseguiu-se trazer a Palmela uma passagem da sétima etapa da "Volta a Portugal" assinalar os vinte e cinco anos dos programa desenvolvimento do basquetebol e do judo, dinamizar iniciativas virtuais, começar a empreitada de "Requalificação do Polidesportivo do Poceirão", a criação do novo Espaço Fitness na antiga escola da estação de Palmela e a renovação de equipamentos e superfícies de impacto em vários espaços de jogo e fazer todo o concelho.

Na qualificação do território, para se ter uma ideia foram asfaltados desde o final de dois mil e dezanove e em dois mil e vinte, quinze novas vias repavimentado, são aqui muitas as que estão aqui referidas, diligenciámos vários projetos de execução que infelizmente, com as consultas às entidades têm sido muito difíceis de concretizar, mas finalmente, já recebemos os pareceres favoráveis condicionados é o caso do troço de ciclovia que irá ligar a antiga escola de Aires a Setúbal, ou do pequeno troço que vai ligar Quinta do Anjo a Cabanas, mas o município também nestas áreas da mobilidade promoveu debates para a reflexão e esclarecimentos sobre estes temas da mobilidade suave e não só, deu um passo decisivo para a resolução de problemas de acesso ao transporte público, com trabalho muito intenso nos nossos técnicos em interação com a "AML- Área Metropolitana de Lisboa", dizemos que o concelho passará a ser servido por uma nova empresa transportadora, no âmbito do concurso internacional para a concessão de transporte público rodoviário, na AML e que já no final de dois mil e vinte estavam concluídos os trabalhos da rede, por isso é que decorreu o concurso e que isso significará um aumento de serviço na região na ordem dos cento e quarenta e oito por cento.

Valorização do espaço público, concluiu-se a primeira fase da Requalificação do Jardim José Maria dos Santos, deu-se início à obra da Praceta de Cabo Verde e na Quinta do Outeiro, no Cemitério de Palmela Reabilitação da Capela também uma obra complexa e um projeto interno para a construção de um novo edifício de ossários que está agora em curso.

Vários projetos de trabalho no plano metropolitano com a Agência de Energia, tudo isto em torno do plano local de adaptação às alterações climáticas, na área da eficiência energética dos projetos das Piscinas Municipais de Palmela e Pinhal Novo, do próprio Cine teatro São João, no âmbito também do trabalho realizado pelo Centro de Recolha oficial de animais deu-se continuidade às ações de esterilização de cães e gatos, foram colocados mais abrigos para colónias de gatos, desenvolveu-se o projeto do antigo canil para gatil e sala de cirurgia.

Em dois mil e vinte para se ter uma ideia concluíram-se duas empreitadas em substituição dos promotores para execução de infraestruturas inacabadas em Val Flores, são duas empreitadas que ultrapassaram os quinhentos mil euros, foi também o ano do início das obras de águas residuais domésticas na Lagoa da Palha, Cajados, Miravento, Quinta Tomé Dias, enfim, algumas ainda estão a decorrer, intervenções na remodelação de nós, do abastecimento de água na Padre Estevens Dias e muitos outros arruamentos que aqui também estão discriminados na introdução e quero aqui destacar também na área da recolha mecânica, para além de se terem batido também todos os recordes de recolha seja de resíduos indiferenciados seja de resíduos valorizáveis, com a contentorização feita para os recicláveis pela AMARSUL, quero aqui destacar que foi o ano também da entrada em funcionamento do projeto piloto de recolha porta-a-porta que, neste momento, tendo começado em Vila Serrinha e Bairro Lencastre, já se estendeu a Padre Nabeto e parte de Aires e aos Portais da Arrábida na Quinta do Anjo, abrange já mais de oitocentas moradias e um total de duas mil pessoas é um projeto para continuarmos este ano e nos anos seguintes, porque está a ter enorme sucesso.

Depois são aqui discriminadas muitas outras pequenas intervenções com aquisição de aspiradores eléctricos, triciclos eléctricos, desmatadores, mini varredoras mecânicas, mais beateiras, mais papeleiras, mas os grandes números o que interessa perceber, é que catorze mil toneladas de monos não estamos a ver o que é, nem quantas camionetas são, e resíduos limpeza, e seiscentos e oitenta e seis toneladas de resíduos verdes para compostagem, já são valores animadores, mas o nosso concelho é enorme e continuamos aí a jogar ao gato e ao rato nestas questões dos despejos e de utilização indevida dos resíduos que deveriam ser valorizados e não deviam ser abandonados.

No Turismo Economia Local, foi um ano difícil, depois vínhamos em crescimento, houve, de facto, um travão no número de dormidas no concelho pelas razões que são conhecidas, mas estivemos ao lado dos produtores, das empresas com distribuição de material de proteção, com um pacote de isenções e apoios diretos, campanhas de promoção de produtos, de serviços, de entrega ao domicílio, estivemos em articulação com os nossos agentes económicos, com entidades nacionais e internacionais na divulgação dos apoios, das candidaturas ao empreendedorismo e oportunidades de negócio. Nota que a campanha de promoção turística no mercado nacional Palmela, "Porque a Vida é uma Viagem", impulsionou a atratividade do destino, apesar destas circunstâncias com este filme acabou até por ser distinguido na categoria de enoturismo com o primeiro lugar no Festival Internacional de Cinema dedicado a estas matérias.

Aderimos o ano passado, à Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago e concluídos a primeira fase do projeto com investigação e definição do traçado, estamos a concretizar uma ambição antiga da população do concelho e achamos que este roteiro e esta rota vai dar que falar em breve.

Muitos investimentos também nos mercados de produtores de Quinta do Anjo, de Pinhal Novo, ganharam outra dinâmica, outro impacto, aliás, estes projetos de reforço dos circuitos curtos de comercialização e dinamização local. Mercado da Aldeia, os Mercadinho do Poceirão, os Mercadinho de Amor, tudo projetos novos do ano passado que vingaram, a Rota das Adegas Poceirão e Marateca, o "Adote uma Saloia", enfim, vários projetos em parceria que criam marca de qualidade e atratividade também no concelho e promovem os nossos produtos e dinamizam a economia local.

No âmbito ainda da solidariedade internacional, os nossos compromissos de cooperação, neste caso concreto, com o município da Praia, através de envio de equipamento de proteção individual, material sanitário, mobiliários escolar e foi um ano em que as empresas Mecenias de Palmela responderam com enorme disponibilidade, direcionando o seu apoio não tanto para eventos de referência em Palmela, mas, sobretudo para o apoio com material de proteção individual, material informático para as escolas, e principalmente alimentos que foram todos entregues às redes e aos grupos socio caritativos do concelho.

Portanto, dois mil e vinte um ano que trouxe desafios inesperados, criou dificuldades, testou a nossa capacidade de resposta, deu-nos a conhecer forças que às vezes desconhecemos que tinham, e acabámos também por nos inspirar-nos e refletir sobre a necessidade de transformar este processo de retoma global e face a estas dificuldades, uma oportunidade para fazer melhor.

Queria só recordar que o quarto ano consecutivo, a autarquia foi distinguida como a autarquia mais familiarmente responsável, o que significa que há um conjunto de políticas sociais que a colocam naquelas que têm as melhores práticas. Há também lugares de relevo em que a autarquia vem frequentemente referida em rankings de entidades independentes, em áreas como a eficiência e independência financeira, ou transparência, e também no contexto de concretização de compromissos com boas contas e alívio fiscal para as famílias e empresas, pelo que achamos que temos confiança para prosseguir este caminho de trabalho conjunto para melhorar a qualidade de vida no nosso concelho.

Disse Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada Sr. Presidente.

Caras e caros Membros da Assembleia Municipal, quem deseja intervir neste ponto?

Não tenho registo de intervenções.

Agora sim, agora já vejo, então José Carlos Sousa da bancada do Partido Socialista, por favor tem a palavra.”

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

“Muito obrigado Sra. Presidente.

Uma boa noite para si, para a Mesa da Assembleia, ao Sr. Presidente de Câmara e os Srs. Vereadores e Vereadoras, para os restantes membros da Assembleia Municipal, técnicos do município, público que eventualmente nos assiste, mas que ao fim desta meia hora de apresentação do relatório já desistiu todo com certeza e, portanto, a minha intervenção já vai ter menos público claramente. Não consigo perceber continuo a não conseguir perceber como é que se tem uma proposta, que se lê a proposta e depois vai-se ler a introdução da proposta, não faz sentido, claramente, pode-se dizer para se pôr na ata, mas pronto, é o final de um ciclo idêntico.

Disse o Sr. Presidente, aquilo que bate certo e o que não bate certo, e o que não costuma efetivamente bater certo são muitas coisas, não se percebe por exemplo como é que os especialistas externos e estou a citá-lo: “Vêm a Palmela e falam de Palmela e que há muito investimento no estudo de matérias” e acabei a sua citação e depois temos o Centro Histórico como temos, ainda no sábado por lá andámos e vimos casas abandonadas de portas abertas. É um perigo aquilo em frente à drogaria, há uma um pouco mais acima à outra, quer dizer no próprio Centro Histórico e, portanto, o que bate certo e o que não bate certo é que o Sr. Presidente não percebeu que há muita coisa que não bate certo, e não consegue dar o salto para o que bate certo. Estou a usar as suas palavras. Bom, mas vamos aqui à intervenção a prestação de contas, não é nada, enfim, extraordinária e nem tem nada de surpreendente nem de inovador, não se podia esperar outra coisa em função daquilo que também foram, as ideias que foram trazidas para esta Prestação de Contas.

O documento com as suas quatrocentas e muitas páginas, quatrocentas e cinquenta e uma páginas, é um documento bem estruturado, é um documento que nos dá muita informação, é um documento muito capaz para colocar em cima da mesa muitas das questões que não foram feitas durante estes últimos quatro anos, e que não conduziram àquilo que Palmela poderia ser em função, até daquilo que o Sr. Presidente acabou de dizer, da sua saúde financeira e, portanto, as questões aqui levantadas têm muito a ver com a incapacidade de se fazer, a incapacidade de se apresentar esse trabalho, e digo-lhe Sr. Presidente, penso que já teria usado esta terminologia uma destas sessões, se calhar há muitos anos já, mas, esta proposta que aqui nos apresenta tem um lapso crasso que lhe vou dizer qual é, e é um lapso que não é lapso, é propositado, e é isso que me aborrece é eu ter que andar a ler as quatrocentas e cinquenta e uma páginas, para encontrar o lapso.

Então o Sr. diz assim: “a taxa de execução da receita situou-se nos cento e três ponto quatro, ponto sete por cento, sendo a quarta mais elevada de sempre” e depois vem por aí abaixo e diz:” no capítulo da despesa foram efetuados pagamentos no valor de cinquenta ponto um milhão de euros, mais dois virgula sete do que em dois mil e dezanove, dos quais vinte e oito ponto seis milhões de euros, afeto imediatamente às Grandes Opções do Plano ou seja, mais de metade do valor de despesa total paga é imputada às Grandes Opções do Plano, a taxa de execução de pagamentos, foi de oitenta e cinco ponto três por cento”, então porque é que não acrescentou o que diz na página vinte e três do relatório Sr. Presidente, que diz: “A taxa de execução situou-se nos oitenta e cinco ponto três por cento” a oitava pior dos últimos onze anos, e o Sr. por uma questão ética, e por uma questão política, deveria ter colocado isso aqui ou então omitia que a taxa de execução da receita é a quarta mais elevada de sempre. São estas questões que o Sr. tenta, de alguma maneira manietar, da mesma maneira que tenta manietar as questões de sustentabilidade, ora as questões de sustentabilidade que estão na sua introdução “Está presente cada vez mais de forma transversal, no quotidiano da organização”, eu tenho sempre muitas dificuldades quando apanho aqui os objetivos do Desenvolvimento Sustentável que mostra agora a todos, e vejo que a questão da erradicação da pobreza, da erradicação da fome, da água potável e do saneamento, já para não falar da pressão da água que não existe no Pinhal Novo, das energias renováveis, da redução das desigualdades quando continuamos sem ter planos, na produção e consumos sustentáveis, na paz, na justiça e nas instituições eficazes, tenho aqui alguma dificuldade em perceber como é que o município consegue fazer um discurso onde estes aspetos, se dizem que estão contemplados mas quando esperamos isto, não vimos nada, tenho essa dificuldade, peço desculpa eventualmente até serei eu que tenho essa dificuldade maior.

O Sr. faz uma primeira parte com a questão da sustentabilidade, mas depois na página trezentos e quarenta e três e peço desculpa porque tenho que folhear, porque não tive tempo de organizar isto de outra maneira, na Segurança e Ação Sociais, depois de muito falar nisto, o que se vê é que a dotação corrigida se situava acima dos trezentos mil euros e que a dotação que foi efetivamente imputada à rubrica situa-se acima dos cem mil euros, então para que é que corrigiu a dotação se não tinha ideia e capacidade para fazer, estas questões, esta é sustentabilidade.

Qualidade e Modernização dos Serviços Públicos, ora, os serviços públicos na globalidade, é evidente e o Sr. acabou por ler esta parte toda, que houve um aumento superior a duzentos por cento no Centro de Contacto, é evidente, não se esperaria outra coisa, estes são números, que são números para o executivo para o município, não são números digo eu, para colocar num plano com esta destaque, porquê? Porque da mesma maneira que não colocamos que houve uma redução de presenças, etc., etc., não colocamos isto.

Outro aspeto que me surpreendeu, foi o facto de os acidentes em trabalho, que estão na página trezentos e trinta e nove, terem crescido num ano em que as pessoas tiveram em teletrabalho, é estranho como é que o número de acidentes cresce, não significativamente mas em função do número de dias de trabalho efetivo, será um aumento proporcionalmente, muito exponencial, de quarenta e um para quarenta e quatro, da mesma maneira que número de dias de taxa de incidência de acidentes em trabalho creche também ao ano anterior e registam-se dois mil trezentos e vinte e um dias de ausência por motivo de acidente em trabalho, ou seja, há aqui só crescimentos em relação a esta matéria é estranho como é que isto acontece, dir-me-á a equipa municipal é uma equipa já com uma certa idade etc., etc., eu aceito, isso e aceito esta questão sem grande problema, a questão é que não foi um ano normal, não foi um ano regular e portanto é estranho como toda esta questão pode ser tomada.

Também na página quatrocentos e trinta e seis, já agora, vou aqui fechar este capítulo, nas outras Funções Económicas, o Sr. por acaso há bocadinho até falou de empreendedorismo, veja lá, uma coisa que não existe em Palmela, sabe porquê, porque nestas questões de empreendedorismo nas Outras Funções Económicas que têm a ver com programas referentes à promoção, apoio à realização de feiras locais, exercício de competências municipais no âmbito da metrologia, no âmbito do emprego e empreendedorismo, o Sr. acabou por colocar qualquer coisa como seiscentos e oitenta mil euros, estou a ver o quadro da página quatrocentos e trinta e seis, seiscentos e oitenta mil euros como a dotação corrigida, repare, e depois ficou-se, aliás, ficou nos sessenta e oito mil euros, assim é que é, isto é entre sessenta e setenta mil euros, ficando abaixo dos vinte mil euros de execução, da mesma forma que é estranho como é que o Gabinete de Apoio à Inovação Empresas e Financiamentos Externos, não consegue apresentar uma única proposta durante o ano de dois mil e vinte, o que é que fez o Gabinete? E o Gabinete de Comunicação que também não apresentou uma única proposta aprovada em Reunião de Câmara, durante o ano de dois mil e vinte, oh! Sr. Presidente não abane a cabeça foi os números que o Sr. aqui pôs e portanto é com isto que o Sr. vive, ou bem ou mal eu não sei, se fosse eu diria mal, mas cada um tem a sua perspetiva.

Para concluir e porque quereria a esta distância é sempre muito mais difícil e não se consegue também dizer que nós hoje tínhamos previsto estar todos aí no Cine Teatro São João, na última reunião só disse à Sra. Presidente, porque não quis antecipar, nós estaríamos todos hoje aí, mas em função deste quadro que entretanto, se mudou entre a última sessão e esta, entendemos que devíamos ficar todos em casa outra vez, é só esta nota também que gostava de deixar.

Há bocado o Carlos Silva falou do "IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes" e é verdade, o IMT aumenta e a receita do município continua a aumentar nestes primeiros cinco meses e o IMT aumentou e só não aparece aqui significativamente aumentado, porque está incluído na página dezanove, com o loteamento e obras IMT, e aí há um decréscimo de cerca de meio milhão de euros em relação ao ano anterior, porque se fosse o IMT única exclusivamente o IMT tinha efetivamente crescido.

Não diria muito mais, ah! ainda, vou falar da Palmela Desporto senão o Domingos até se zanga comigo que hoje não falo da Palmela Desporto. Da Palmela Desporto só há uma nota a deixar, e a nota a deixar é esta, colocamos lá um ponto um milhões de euros e a Palmela Desporto teve lucro de dois mil quinhentos e sessenta e oito euros, ora o meu amigo Domingos, que diz sempre que eu falo na Palmela Desporto, etc., etc., e o município teve um resultado líquido ou ilíquido, líquido, de menos de um ponto oito milhões de euros, se não existe Palmela Desporto teria tido muito menos, mas o que é facto, é que é que a palmela

Desporto depois da nossa famosa a ADREPAL, é praticamente o BPN de Palmela, é um BPN pequenino eu sei, mas é um BPNzinho, porquê, porque a Palmela Desporto absorve estas verbas todas e acaba por estar, claramente, a ser uma entidade que acaba sempre todos os anos, quando não dá dois mil euros, dá mil, quando não dá mil dá oitocentos, como já em muitos anos houve etc., etc., e portanto, eu não percebo sinceramente não consigo perceber como é que continuamos projetar este modelo em termos das dinâmicas de Palmela, não consigo, sinceramente não consigo, para o ano, vamos lá colocar mais, não sei quantos, milhões, vai haver mais um lucro de mil euros e portanto, eu espero que o Domingos seja o número dois da Assembleia Municipal para estar aí no próximo mandato e independentemente das posições, possamos voltar a discutir estas questões, possamos voltar a falar da Palmela Desporto, porque eu acho que ninguém dorme satisfeito com aquilo que tem em Palmela em termos daquilo que é Palmela Desporto.

Continuamos sem perceber o que não se faz em Palmela, há dinheiro, mas não há capacidade para intervir e transformar e continuamos todos à espera que as prestações de contas, tenham efetivamente a ver com aquilo que é preciso. Repare, se o Sr. Presidente colocou, só uma nota muito breve, colocou também na apresentação na parte da qualificação do território eu depois desisti de fazer isto desta maneira, a pavimentação ou repavimentação de quinze vias incluindo a primeira fase da Circular Sul à Autoeuropa estrada do Montenhoso, ora a estrada do Montenhoso só foi concluída há dois/três meses se calhar, se já está concluída penso que sim, eu passo lá muitas vezes, não sei se está concluída, porque as bermas são um bocadinho estranhas, mas de resto tudo bem e a circular sul à Autoeuropa, enfim é daquelas obras que eu entendo claramente que aquilo que foi feito, não minimiza em nada, o risco que é estar e a passar naquela estrada, aquele pedaço, aquele troço que foi feito, numa das vias não adianta absolutamente nada e o Sr. é aquilo que destaca das quinze vias que fez em Palmela durante este ano de dois mil e vinte, com todos os condicionalismos, com a pandemia em cima de nós, e com a capacidade ou incapacidade que tivemos de nos adaptar e portanto, eu tentando adaptar-me, tentei fazer um discurso mais curto.

Muito obrigado Sra. Presidente.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada Sr. Membro da Assembleia.

Outras intervenções por favor, aqui em sala, vou dar a palavra à bancada do PSD/CDS, Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto.

Para já não vejo outros pedidos de intervenção.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Eu agora diria o mesmo, em vez de ouvirmos a proposta, ouvimos os considerandos da proposta, ou seja da Prestação de Contas. Efetivamente o Sr. Presidente esteve aqui a elencar muitas das obras feitas. Também era melhor que um executivo que tivesse apresentado um orçamento e as GOP não fizesse pelo menos, algumas delas. Relembro-vos que houve outras que ficaram para trás, por razões várias e que já aqui temos vindo elencando ao longo das nossas intervenções. No entanto, só me vou ater efetivamente à proposta, não vou tecer quaisquer considerandos sobre a leitura que o Sr. fez do preâmbulo do documento de muitas páginas da Prestação de Contas ou seja, o Sr. também quis lá em casa que ouvissem essas quantas páginas.

No entanto, a proposta resume-se efetivamente a duas páginas e duas páginas que dizem que, em termos financeiros na proposta do Orçamento de 2020 e GOP, se arrecadaram cinquenta e dois milhões, seiscentos mil euros superior ao ano anterior, e nós sempre considerámos isso, apesar da pandemia o Sr. na altura é que teve sérias dúvidas. E vem aqui dizer que foi o valor mais alto desde dois mil e três., sendo que há aqui uma parte do valor da receita sem o “PIDAC - O Programa de Investimentos e Despesas da Administração Central” que será então de quarenta e cinco oitocentos e vinte e sete milhões, isso sim inferior ao registado em dois mil e dezanove.

A derrama, foi superior, as transferências correntes e de capital foram superiores, e portanto, apresentaram um desempenho positivo.

Os impostos diretos, também representaram quarenta e seis virgula oito por cento das receitas arrecadadas e houve um ligeiro decréscimo relativamente a dois mil e dezanove. E sim de oitocentos e dezanove mil euros. Os impostos indiretos, esses sim tiveram uma evolução negativa, comparando com dois mil e dezanove, houve um decréscimo de cerca de trezentos e quarenta e oito mil euros e, portanto, foi sobretudo da diminuição das receitas com loteamentos e obras. E é isso que está aqui em causa, não é o que se está a fazer este ano nem o que foi que terminado este ano. Inclusive no documento da Prestação de Contas constam arruamentos como terminados em dois mil e vinte, que só o foram em dois mil e vinte e um, alguns dos quais até na freguesia onde habito. Em todo o caso, não é isso que nos traz aqui, o que nos traz aqui é o documento e a avaliação do documento da Prestação das Contas.

O documento é exaustivo, completo, bem redigido. No entanto isso não nos leva a votar favoravelmente. Como temos feito noutros anos e não nos leva a votar favoravelmente, porque este é a execução orçamental das vossas medidas, do vosso plano, do vosso orçamento. E não quer dizer que estejamos contra muitas das obras que também reivindicamos. Agora, quanto à execução de algumas delas, é a sua morosidade, aquela falta de limpeza no concelho que continua a grassar, a proliferação já não digo de ervas, serão quase capim, como diziam em África e, portanto, não vamos aqui avaliar isso na execução orçamental como o Sr. Presidente fez, não queremos aqui seguir esse exemplo, mas percebo que o Sr. venha aqui dizer as obras que fez, também é legítima em democracia. Não precisava era de ser talvez tão exaustivo, porque depois lá em casa dizem que só o Sr. é que fala e que nós não temos autorização para falar. Eu pessoalmente não me sinto, constrangida porque não me foi cortada a palavra, portanto, também essa crítica no que me diz respeito, não me afeta.

Agora, eu fui ver a Certificação Legal das Contas, feita pela nova empresa que já fez no ano transato e o que é que me diz que, as normas alteraram, o município tem um período de transição de três anos em que será possível efetuar as correções ao balanço de abertura. O requisito da comparabilidade que era essencial também, para confirmarmos todas as apreciações que Sr. Presidente aqui faz, diz o ROC que se encontra prejudicado pelos motivos invocados da alteração das normas contabilísticas, e, portanto, o património e o balanço continuam afetados negativamente, por não estarem ainda totalmente regularizadas diversas operações urbanísticas, arruamentos e benfeitorias. Não estão estimados os valores que estes bens podem atingir e não foi possível quantificar o valor da reserva tendo limitado a ação do ROC, independentemente da alteração das normas ou do previsto no IPSAS e das alterações que foram feitas, a verdade é que nós todos os anos, mesmo com o anterior ROC já vinham sendo reafirmada esta falta de regularização de algumas operações urbanísticas, arruamentos, benfeitorias e os consequentes estimativas, criando valor para reserva. O que quer dizer que tudo isso podia vir a alterar significativamente, quer o orçamento, quer as contas aqui apresentadas, sobretudo as contas aqui apresentadas. E também não vejo também aqui qualquer referência por este novo ROC relativamente às reservas de processos judiciais que, segundo as últimas leituras que fizemos, teriam aumentado. E como tal, seguindo o mesmo princípio dos anos anteriores, este ROC até vem aqui dizer mais, o que é que ele diz, responsabilidade do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras, e considera que os documentos que apresentaram e que são feitas por amostragem, estas avaliações tal como noutras auditorias que nós conhecemos em muitos locais e muitas empresas, ele vem aqui definir a responsabilidade do auditor ou seja qualquer procedimento que não esteja demasiado correto ou que tenha aqui algum erro será sempre da responsabilidade do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras.

Não tendo o ROC a obrigação de responsabilização pelas contas da Câmara Municipal, nós também não nos responsabilizamos pelas mesmas, independentemente de considerarmos o documento sério. Não estamos aqui a levantar quaisquer insinuações, mas por estas razões e sobretudo porque continuam os tais valores para reservas a não estarem concluídos, eu sei que são operações difíceis, que houve a pandemia, mas, como isto já vem ao longo do tempo e se continua sempre com esta observação eu gostaria até da parte do ROC que ele tivesse dito aqui mais qualquer coisa de mais significativo, portanto, também este relatório do ROC considero em relação a outros anteriores, não sendo eu especialista na matéria, podia ter vindo mais pormenorizado.

O nosso voto por isso, quanto à apresentação das contas, documento que respeitamos, que demorou concerteza muito tempo a fazer, mas não levará o nosso voto favorável, levará o nosso voto contra pelas razões invocadas.

A Sra. Presidente da Mesa:

“Tem agora a palavra o Bloco de Esquerda, Sr. Membro da Assembleia, Carlos Oliveira e depois não vejo outros pedidos de intervenção, tenho um pedido de intervenção da CDU também.”

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

“Obrigado Sra. Presidente por me dar a vez nesta intervenção.

Em primeiro lugar, quero saudar o trabalho que os técnicos e trabalhadores do município tiveram em desenvolver este documento, que é extenso, mas é bastante completo, disso todos estamos de acordo e é de enaltecer o trabalho que foi feito. Já nas questões, mais políticas ou das opções do executivo da Câmara, eu tenho aqui alguns reparos a fazer, não vou dizer todos, porque eu tenho que guardar o sumo mais para outra altura, quando houver oportunidade disso, logo farei referência a essas situações que não tiveram a atenção por parte deste executivo.

Em primeiro lugar nós ouvimos e lemos no documento, a questão da reabilitação da rede de abastecimento de águas no Pinhal Novo, nomeadamente a intervenção na Rua Padre José Estevens Dias, que é o reflexo do estado daquela rede que volta e não volta, tem problemas que são notados já há algum tempo por aquela população do Pinhal Novo e que não se vê fim à vista para resolver este problema.

Outro facto, também nós notamos é que o pavimento que está ali, neste momento, já é antigo, o que coloca dificuldades à circulação rodoviária naquelas ruas, falo da Rua Padre José Estevens Dias, mas também na Avenida da Liberdade, Rua São Francisco Xavier, que são ruas já com um pavimento obsoleto e outras soluções de requalificação para aquele tipo de pavimento que é um pavimento em calçada ou paralelo antigo, já não é o mais aconselhável para a circulação naquelas vias.

Nas questões da mobilidade e enquanto a autarquia como promotora para resolver problemas de assimetrias no concelho de Palmela e nós lemos no documento que foram intervencionadas, pavimentadas e repavimentadas quinze vias no ano de dois mil e vinte. Há uma via que é de extrema importância para o concelho de Palmela que vai ficando para trás e as populações que esta via serve ficam mal servidas, até porque a degradação desta via, vou falar dela, que é a Estrada Municipal/531, que liga Palmela ao Poceirão e depois a seguir, ainda continua até ao limite do concelho, até à Loja Nova de Faias, está cada vez mais votada ao esquecimento por parte deste executivo, e as condições de circulação daquela via são cada vez mais deficitárias, o que acarreta problemas para as viaturas que ali circulam, são despesas acrescidas para as pessoas que têm veículos e que circulam naquelas vias com os buracos que muitas vezes, o tamponamento dos buracos já não são solução, porque vai tornando cada vez mais o tapete de asfalto irregular e depois, o perigo, o perigo que isto também acarreta, este pavimento cada vez mais irregular, cada vez mais deteriorado. É certo que foram em certas zonas, algumas faixas foram pavimentadas com um tapete novo de alcatrão, mas isso é muito pouco, tendo esta via uma extensão de mais de vinte quilómetros como já aqui disse, que liga Palmela ao Poceirão, depois mais além, depois, ainda a 533/1, liga ao Pinhal Novo ao Poceirão, embora esta não esteja nas condições tão precárias como está a que eu disse anteriormente, mas isto é o reflexo de que este executivo não tem tido a atenção necessária para combater as assimetrias locais, nomeadamente na questão da mobilidade e no que concerne à rede viária, sendo esta via de vital importância até para a cativação do investimento de empresas que possam se fixar ali naquela região para combater também a deslocalização de pessoas para centros urbanos, o que nós queremos é fixar gente naquela região e o município não está a ter o investimento necessário no que concerne à rede viária neste local.

Disse.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada.

Tem agora a palavra bancada da CDU Sr. Membro da Assembleia Joaquim Pires.

O Sr. Joaquim Pires da CDU:

"Boa noite a todos e a todas, Sra. Presidente por seu intermédio a todas as pessoas que estão presentes nesta sala.

Relativamente ao documento que nos foi apresentado e a exposição do Sr. Presidente relativamente ao trabalho desenvolvido, a CDU considera que é um documento como já foi aqui dito, bem estruturado, um documento objetivo, um documento prudente, e um documento ambicioso, mas prudente e onde estão refletidas as preocupações da Câmara relativamente ao trabalho a desenvolver em prol da qualidade de vida da nossa população e do terreno em si, nas várias áreas.

Para a CDU o documento é um documento de grande valor, realista e vai merecer o nosso parecer favorável. A propósito das primeiras intervenções que aqui foram feitas, eu diria, pessoalmente, que se essas opiniões que já estamos habituados a ouvir, tivessem o condão de nos tolher a nossa atividade, a nossa tarefa, o nosso empenho e trabalho em prol da nossa região, provavelmente, e eu acho uma certa graça neste pensamento, ainda andaríamos por aqui nas terras de Palmela na idade medieval, mas felizmente que não somos tolhidos, felizmente que desenvolvemos o nosso trabalho e o trabalho está à vista, independentemente de algumas dificuldades, e elas são conhecidas, que nos são impostas, o trabalho desenvolvido e o empenho dessa grande equipa, portanto, as felicitações da CDU relativamente à equipa, relativamente à Câmara, os seus funcionários pelo trabalho desenvolvido e um repto para que, melhorem ainda mais, somos capazes de concretizar esse trabalho que estamos a desenvolver."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Não vejo outros pedidos de intervenção, dou a palavra, ao Sr. Presidente da Câmara para uma resposta mais sintética."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Muito obrigado Sra. Presidente, naturalmente, há um conjunto de considerações acerca da apresentação desta prestação de contas que, enfim, não sei se merecem contraditório, porque, de facto, revelam algum preconceito e alguma incapacidade, porque também é essa a palavra foi aqui utilizada relativamente à minha pessoa, eu terei que a devolver incapacidade de reconhecer, de perceber que tipo de documento é este e eu convido muito dos Srs. eleitos a perceberem aquilo que é feito nos outros municípios do país para valorizarem aquilo que aqui vos é fornecido, com total transparência e rigor e, obviamente, acusando-o de ser extenso na apresentação que fiz, eu acho que até fui comedido porque a introdução é uma introdução naturalmente, muito resumida do conjunto de intervenções que marcaram este ano e que têm sido determinantes para que o nosso município, contra a corrente dos tempos, avance, se desenvolva e vamos ver depois a avaliação dos indicadores de desenvolvimento no seio da AML e de outros territórios com características idênticas em particular nos concelhos de média dimensão.

Sr. Membro da Assembleia José Carlos Sousa, tenho pena que V.Exa. não compreenda aquilo que está em causa com os ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e os princípios de sustentabilidade que são efetivamente transversais em todas as áreas de atuação do município. É porque, de facto, ou está a ver o documento numa lógica muito estratificada, setorial que já não faz sentido nos tempos atuais, mas, de facto, todas as medidas estão em perfeito alinhamento com, e aquilo que é feito no desenvolvimento social no desenvolvimento económico, na melhoria das condições de vida da população está perfeitamente em sintonia com os ODS.

Lamento também afirmações que eu não vou adjetivar relativamente ao Gabinete de Inovação dos Fundos Comunitários externos, porque, de facto não cabe a este gabinete fazer propostas para a Reunião de Câmara. Todas as candidaturas vencedoras, toda a monitorização, relatórios, acompanhamento de prestação de contas, tudo aquilo que é feito com a gestão dos fundos comunitários, com financiamentos externos é um trabalho meritório, reconhecido pelas entidades com quem trabalhamos e reconhecido também Interpares no seio da AML como um gabinete que tem conseguido atrair investimento e acrescentar valor ao conjunto das

nossas políticas, sobretudo, pela forma inteligente como se fazem candidaturas e se mobilizam fundos para intervenções importantes para o nosso território.

Os Srs. falam de obras e de execuções que, enfim, estão aqui bem explicitadas, confunde-se às vezes aqui algumas percentagens e alguns desvios com o orçamento inicial, com o orçamento com a incorporação do saldo, olha-se aqui para alguns capítulos e diz que a execução é pouca, etc., mas está explicado no texto com toda a transparência, porque é que há obras que passam de um ano para o outro, porque é que há concursos que ficam desertos, porque é que há equipamentos que não são entregues a tempo e horas, e essa é uma questão que se V. Exas. não quiserem reconhecer, enfim, a gente pode continuar a fechar os olhos, pode continuar a não ler os jornais e a perceber o que é dito sobre os concursos públicos desertos que obrigam as câmaras a pagar mais, porque é que os concursos ficam desertos, as autarquias queixam-se da falta de empreiteiros, etc. etc., enfim, por aí fora, mas eu sobre esta questão da execução, eu não vou aqui voltar a referir alguns números, quero só sublinhar o seguinte, nós apesar de termos descido nos bens de capital de dezanove para vinte, de dezassete vírgula oito por cento para dezassete vírgula sete, menos zero vírgula um, ainda assim, em termos absolutos o investimento de oito vírgula seis milhões de euros é o maior do quadriénio, e quando os Srs. quiserem discutir estas questões do investimento, quem executa e que estão sempre a dizer de incapacidade de executar etc., etc., então os Srs. acham que nós com os financiamentos assegurados, com os projetos prontos, com os pareceres tardios de entidade mesmo assim fora de prazo que nós não queríamos ter as obras todas já feitas inauguradas, então eu vou dar-vos aqui nota das taxas de execução para percebermos efetivamente se Palmela não está melhor.

Alcochete, setenta e cinco zero oito, Almada setenta e nove com a engenharia financeira de aplicar vinte milhões de euros no final de dezembro de dois mil e vinte, depois veio a resgatar em março de dois mil e vinte, porque se não fosse esta engenharia financeira a execução era sessenta por cento, Amadora setenta e oito vírgula seis, Barreiro vem aí nas páginas do jornal regional *"Uma grande taxa de execução"* setenta vírgula cinquenta e seis, Cascais, já agora também um município de outra área política, setenta vírgula nove, Loures oitenta e dois, Montijo setenta e nove, Setúbal sessenta e seis, Sintra setenta e seis vírgula seis, Vila Franca de Xira oitenta trinta e sete, Palmela, oitenta e cinco vírgula três por cento. Os números valem aquilo que valem, Srs. Membros da Assembleia, mas acho que também não podemos fazer aqui, desvirtuar alguns aspetos e atuar aqui com miopia política, os Srs. podem não concordar com algumas opções que tomamos, podem dizer que faziam de outra forma, têm toda a legitimidade para dizer, agora, não podem é desmentir as evidências. Acho de muito mau tom Sr. Membro da Assembleia José Carlos Sousa referir-se à Palmela Desporto nos termos em que se referiu, a Palmela Desporto é uma empresa municipal, a partir do momento em que está impedida de ter a receita por via dos seus utilizadores e clientes, obviamente, cabe ao município reforçar o subsídio à exploração extraordinário, ou outro, para cobrir resultados, porque os salários dos trabalhadores tem que ser pagos, isto não é BPN nenhum, BPN é outra coisa, Novo Banco e outras coisas que eu não vou aqui falar, não vou aqui falar desde o tempo do Sócrates e outras coisas, não vou aqui falar, porque acho que isso não dignifica a nossa discussão política, nós aqui estamos para trabalhar e para defender um território, e a Palmela Desporto tem feito um trabalho exemplar, nunca houve tanta promoção de desenvolvimento desportivo, nunca teve um oferta tão diversificada, também na área dos serviços de saúde e só é pena que esta conjuntura não deixe revelar que este é um modelo de gestão adequado, como aliás atesta, estudos feitos por uma entidade independente.

O Sr. depois brinca aqui com esta história da Autoeuropa que aquilo que foi feito etc., etc., pois ainda bem, sabe porque é que eu destaco, é porque o município não devia ter gasto dinheiro nenhum ali Sr. Membro da Assembleia, quem devia de ter investido ali era o programa que nos foi prometido pelo Governo para investimento em infraestruturas de áreas de acolhimento empresarial e que não o fez, e que chegou ao 2030 não considerou a proposta, no PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, volta a não estar lá a proposta, mas, no entanto, quando vêm ao território reunir connosco, visitar essas empresas dizem *"sim senhor, aquilo é uma empresa de âmbito nacional, internacional que mais contribui para o PIB - Produto Interno Bruto e, portanto, o Governo tem que tratar aqui as acessibilidades, vamos fazer aqui uma parceria com o município"* essa parceria não aparece e, portanto, Sr. Membro da Assembleia está adjudicado há três meses, mas só começa no período de interrupção de férias dos trabalhadores da Autoeuropa, mais trezentos mil euros para aquelas vias.

Carlos Oliveira, águas, Pinhal Novo. Nós temos registos de quando é que há reclamações de água de quando é que não há, as reclamações têm que ver com episódios devidamente identificados. Remodelação das redes está a ser feito, alias, não fosse a dificuldade que há em que as empresas utilizarem a tecnologia que nós pretendemos, porque a próxima intervenção é feita por perfuração sem abrir valas, na substituição de algumas condutas adutoras, já tínhamos também alguns problemas que estamos a prevenir resolvidos, nós temos mais cerca de cem mil euros já a adjudicados, com contratos assinados para entrar em obras junto da conduta adutora que mais tem trazido problemas.

Quanto à remodelação da rede, ela vai sendo feita à medida que vamos remodelando pavimentos na zona que referiu, nós temos um plano de mobilidade para aquela zona e esse plano de mobilidade e acessibilidades implica a renovação de infraestruturas, a renovação do pavimentos, lancis rebaixados etc. etc., uma outra área completamente remodelada e obviamente, as infraestruturas vão ser remodelados como temos estado a remodelar noutras zonas e os seccionamentos têm sido decisivos para quando há uma rotura, a falta de água afetar cada vez menos casas, menos pessoas.

Problemas na rede, avaria numa bomba, etc., olhe desculpe, isso há em todo o mundo, naturalmente nós estamos a trabalhar a fazer os investimentos que são necessários e nunca regatearemos esforços para que este bem precioso chegue em condições, de pressão, de qualidade a casa dos munícipes dos nossos cidadãos como deve chegar, podemos deixar de fazer o tipo de obras, mas essas nunca deixaremos de o fazer é preciso é os projetos estarem prontos a horas, é as empresas terem condições para entrar a horas nessas intervenções, coisa que infelizmente está muito difícil, mas para isso é preciso, V. Exas., se quiser acompanhar esta raciocino informarem, falarem com o que se passa nas obras públicas em geral, nas autarquias, por exemplo, o Sr. falou aqui na 533/1, estão adjudicados mais de dois quilómetros desde as Lagameças até à zona da Rua António Roldão a seguir ao "Café do Pelixo", está adjudicado, as empresas não conseguem, têm outras obras, espero que na próxima semana, prometeram-nos no início de julho, comece aí assim como a repavimentação das ruas que falta na zona sul de Pinhal Novo. Essas duas empresas estão prontas a entrar dentro de uma semana.

Depois quando se fala aqui "*e tal, é importante fixar ali empresas etc. etc.*" pois, olhe, eu até acho isso estranho vindo do Bloco de Esquerda, pois eu acho que se queremos grandes empresas naquelas zonas primeiro as grandes empresas fixam-se em zonas específicas de atividades económicas e se houver empresas que ali venham a instalar-se aquilo que o município faz, é obrigar as empresas a pavimentar as vias e a dotá-las de durabilidade e de resistência para o tipo de trânsito que são elas que geram, portanto, não deve ser pago pelos munícipes deve ser pago pelas empresas, aquilo que aprovámos para a zona da plataforma logística do Poceirão obriga a pavimentação de vários quilómetros de vias ao investidor, é assim que se trabalha, porque não tem que ser o dinheiro dos nossos munícipes, a pavimentar vias que vão ser essencialmente utilizadas estragadas por empresas que ali se instalam, portanto, nós temos uma lógica diferente, não estamos aqui a fazer um parque industrial, quem vai investir no território numa zona que não é apropriada para trânsito pesado etc. etc., é que deve acompanhar o investimento e é assim que fazemos e outras circunstâncias em que fazemos em parceria, como também estamos a fazer na zona de 533, na Biscaia que está também para arrancar uma obra que teve meses à espera que a EDP e a PT tirassem os postos e que recuassem os postos para se fazer ali um entroncamento em condições de segurança, numa zona industrial onde, aliás, fomos numa semana também de Palmela assinar um protocolo com essas empresas e, portanto, há aqui partidos da oposição que sabem que foi isso que foi feito, porque foram connosco, visitar essas empresas nessa época.

A Dra. Rosa Pinto volta a falar "*as vossas medidas, os vossos planos que concordamos com algumas obras etc.*" embora votem contra o orçamento, concordam, mas votam contra o orçamento, quer dizer, se vocês chumbassem o orçamento não podiam estar de acordo com as obras quer dizer, umas obras dão jeito dizer que estão a favor, mas os Srs. permanentemente votam contra o orçamento, é que não se abstêm votam contra, portanto, não se preocupe porque as obras vão ser feitas. Eu, ao contrário e na nossa força política, ao contrário de outros, nós dizemos claramente aquilo que vamos fazer, pomos os nomes nas coisas e fico muito feliz de, para além dessas, foram prometidas às pessoas, estarmos a fazer outras, são propostas pelos cidadãos, são decorrentes de necessidades diárias que aparecem de outras dinâmicas e, portanto, nunca se fez tanta pavimentação, nunca se fez tanta infraestruturização e nunca se fez tanto volume de investimento que é preciso fazer mais, nós também sabemos e vamos fazer, agora temos que ter aqui também da parte de

V. Exas. uma atitude mais construtiva e não pura e simplesmente, manipular aqui meia dúzia de números para tentar justificar o injustificável, pronto, fariam diferente, fariam de outra forma, fariam milagres em tempos de realização de obras, eu creio que esta questão dos milagres também foi afetado pela "Covid".

Aquisição de bens de capital, sempre a crescer no quadriénio, depois há aqui uma coisa muito importante que, às vezes V. Exas., gostam de dizer *"está bem, mas fazem muito é fundos comunitários"*, até já ouvi alguns partidos dizerem "fazem obras com o dinheiro do Governo" não, nós fazemos obras que deviam ser outros a fazer não o fizeram, obviamente ainda bem que tem que pagar, era o que faltava eu estar a fazer obras que são da responsabilidade da Administração Central com o dinheiro dos municípios, fazemos e até pagamos mais do que aquilo que devíamos pagar, mas quero que V. Exas. saibam que, já temos uma capacidade nestes bens de investimento de auto financiamento na ordem dos quatro virgula um milhões de euros, ou seja, sessenta e dois por cento do investimento é suportado pelo município, e isto é importante que seja dita também, porque o volume de obra que temos feito, não é só pela conjuntura de ciclo de fundos comunitários, naturalmente, aumenta o nosso orçamento fazemos outras e até preferia fazer outras do que aquelas que às vezes estão nas prioridades de investimento.

Outros indicadores importantes, *"a e tal aumentou muito o IMT"* o IMT relativamente ao ano anterior, até sofreu o um ligeiro decréscimo, o IUC – Imposto Único de Circulação, teve o segundo valor mais alto do quadriénio, o IRC - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, curiosamente subiu. Os impostos diretos tiveram um ligeiro decréscimo, o IMI teve o valor absoluto mais baixo dos últimos anos e em contrapartida, também tivemos as transferências do Orçamento Geral do Estado por via do IRS um acréscimo também muito substancial, comparativamente com anos anteriores.

Outro aspeto que ninguém referiu, por exemplo, é que as isenções dos incentivos dados na água, enfim, descontos, taxas, isenções, esplanadas, isto e aquilo, mas, por exemplo, nas águas na venda de bens e serviços, as tarifas de saneamento e resíduos, por exemplo, concluiu-se que não cobrem, que não cobrem sequer aquilo que nós pagamos à AMARSUL e à SIMARSUL. O que significa que grande parte do serviço está a ter subsidiação direta da receita municipal, quanto as entidades reguladoras entendem que isto deve pagar-se a si próprio imaginem, quanto é que nós não teríamos de cobrar mais aos municípios, mas nós fizemos outras opções e estas opções também são opções, natureza social para permitir mais desafogo também às famílias e aos cidadãos.

Ainda sobre números, só porque me parece importante que isto fique também na ata, endividamento mantemos uma excelente capacidade de endividamento, dívidas a fornecedores também já foi referido que é a mais baixa de sempre, saldo de gerência um indicador importante representa sete virgula oito vezes, o valor da dívida, não há pagamentos em atraso a mais de noventa dias, o município mantém margem de endividamento de mais de dez milhões, prazo médio de pagamentos desceu para dezanove dias.

Transferências para as juntas de freguesia, também o valor mais alto dos últimos anos, um milhão cento e quarenta e dois mil oitocentos e noventa e quatro euros, naturalmente, em função das competências que têm delegadas, umas têm mais, outras têm menos.

De uma maneira geral, Sra. Presidente, deixe-me só rematar com algumas considerações que foram feitas a propósito do ROC. Sr. Membro da Assembleia é preciso perceber que comentei este e porque é que estas considerações do ROC, deste ROC neste município, em todos os municípios e de outros ROCs serão sempre as mesmas é porque de facto há muitos anos quando se começou com este tipo certificação de contas e foi obrigatório fazer o património e balanço, ninguém tinha tudo registado e inventariado, este parágrafo vai continuar aqui durante muitos e muitos anos, aqui e nos documentos de outros municípios, eu até acho que eles já copiam isto uns pelos outros. Tecnicamente é isto que tem que ser dito, de resto está perfeitamente claro, nesta apreciação e neste certificação legal das contas, que o que o sistema de controlo interno que todas as análises, que todos os mapas, que está tudo em conformidade é uma auditoria bastante clara, e que revela a justeza dos procedimentos contabilísticos e não só do município, e quando se fala aqui na estrutura de custos o aumento já referido, tem que ver com as amortizações face ao ano anterior e do corrente das taxas de amortização nos edifícios e infraestruturas, é evidente que se há edifícios que não estão prontos ainda não podem ser avaliados para serem incorporados no património, se nós até andamos a fazer infraestruturas de arruamentos que viram o nosso património em substituição dos promotores dos loteamentos de alvarás abandonados etc. etc., é evidente que isso ainda não está contabilizado.

Depois são coisas normais, há um aumento dos custos com pessoal em zero virgula oito, se quiser que eu explique eu explico porquê e oxalá que houvesse mais, que era bom sinal, há um aumento das transferências e subsídios concedidos também de uma forma transparente, sabemos que, para além dos apoios concedidos às associações, instituições, e outras que foi superior ao ano anterior que, obviamente há aqui um custo substancial do reforço que foi feito para a Palmela Desporto, há aqui na redução dos impostos, contribuições e taxas menos um milhão de euros, também pelas razões que já foram referidas e diminuição das vendas de água em cerca de seiscentos mil euros e tudo isto tem que ver um bocadinho com consumos não faturados e com as isenções operadas.

De uma maneira geral Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, eu creio que o fundamental está bem explícito nos documentos e nas introduções e até no corpo da proposta e, portanto, não tenho mais nada a acrescentar, sublinhando só que com outras circunstâncias de outra dinâmica da economia e das empresas, possivelmente, teríamos conseguido melhores taxas de execução e todos desejaríamos ter já muitos obras feitas, inauguradas e até com festa em cima delas, vamos ter algumas a decorrer ainda durante mais alguns meses, porque temos ainda um conjunto delas para entrar em obra efetivamente sem prejuízo das adjudicações nos próximos tempos e não houve aqui qualquer tacticismo até porque vossa excelências sabem que aprovaram empréstimos já o ano passado, e ainda este ano iremos aprovar outros para continuarmos a fazer investimento e que nós não pensamos num horizonte eleitoral, nós pensamos em ciclos de vários anos, nós estamos aqui a tomar decisões que, obviamente, vão ter repercussão no próximo mandato e repercussão positiva na vida das nossas populações.

Disse.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros à Assembleia, sobre esta proposta vamos votar.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com quinze votos a favor (quinze da CDU), três votos contra (três do PPD/PSD.CDS-PP) e doze abstenções (oito do PS, dois do BE, um do MIM e um Independente – Mário Baltazar).

A Sra. Presidente da Mesa:

“Passamos para o ponto seguinte, que Sr. Presidente julgo que não merece nenhuma intervenção especial.”

PONTO TRÊS – Contas consolidadas 2020

O Sr. Presidente da Câmara:

“Nos termos da Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, prevê-se no art.º 75.º, a obrigatoriedade de os municípios que controlem, de forma direta ou indireta, outras entidades, elaborarem contas consolidadas, de acordo com os procedimentos contabilísticos para a consolidação, definidos na norma de contabilidade pública 22 (NCP 22) constante do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, considerando-se que “uma entidade controla outra entidade quando está exposta, ou tem direitos, a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento e tem a capacidade de influenciar a natureza e a quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre essa mesma entidade.

A consolidação de contas tem como intuito obter uma visão global da situação financeira do grupo municipal de Palmela, composto pela entidade mãe – Município de Palmela – e pelo conjunto das entidades controladas pela entidade mãe – Palmela Desporto.

Assim, propõe-se que, nos termos do n.º 2 do art.º 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a aprovação do documento de contas consolidadas do grupo municipal, relativo ao ano económico de 2020, para posterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal.”

O **Sr. Presidente** disse ainda o seguinte:

“Sra. Presidente as Contas Consolidadas, trata-se de agregar as contas do grupo municipal, um relatório que os documentos também são claros reservar-me-ei para algumas questões, que os Srs. Membros da Assembleia entendam colocar.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Muito bem.

Alguma intervenção Srs. Membros da Assembleia sobre o ponto três Contas Consolidadas?

Vejo um pedido de intervenção de José Carlos Sousa.”

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

“Muito Obrigada Sra. Presidente.

Este é o ponto três, era o ponto para discutir as contas consolidadas, mas a Rosa meteu as contas consolidadas na prestação de contas e aí o Sr. Presidente respondeu em conformidade.

A Rosa já tocou em alguns aspetos que eu gostaria de tocar, mas eu gostava de me cingir a dois ou três aspetos que me parecem relevantes. Eu pedi na quinta-feira por e-mail que me fossem impressos estes documentos do parecer do revisor oficial de contas das contas consolidadas e fui buscá-los na sexta-feira ao gabinete com a amabilidade de sempre da equipa que está presente.

No entanto, deixaram-me baralhado, porque no domingo quando agarrei em tudo isto para começar a trabalhar, tinha dois documentos completamente iguais, este e este, em que tive dificuldade em perceber qual era efetivamente o relato sobre a autoria demonstrações financeiras consolidadas, porque um termina dizendo; “*não nos foram disponibilizadas demonstrações orçamentais consolidadas do grupo*” e diz; “*não emitimos opinião sobre as demonstrações orçamentais consolidadas*” do dia vinte e dois de junho de dois mil e vinte e um, e do mesmo dia vinte e dois de junho de dois mil e vinte e um, tenho um outro que é aquele que eventualmente todos terão eu têm tido acesso a esse inadvertidamente diria eu, em que, efetivamente estas duas notas não estão, e em que se fala da audição e do órgão responsável pela preservação e aprovação das demonstrações orçamentais, como é que eu sei qual é o que está certo, porque na página primeira o resultado negativo daquele que está certo, é um ponto oitocentos e trinta e oito milhões de euros, e um outro era no total, que era muito diferente deste valor e isto implica, efetivamente, aqui alguma confusão da minha parte, mas tudo sanado.

Passando à frente, este relatório e o Sr. Presidente já falou este ano, e já falou nos outros anos da dificuldade que é em colocar aqui tudo aquilo que é efetivamente importante desde dois mil e dois, mas o que é facto é que nós temos na página doze e seguintes algumas questões que eu não consigo efetivamente compreendê-las, e não sei se há aqui erro se é mesmo assim, ou seja, fala-se no saldo e aditamento, diz respeito a contratos, promessa de compra e venda com a ADREPAL, para a aquisição de património Espaço Fortuna Artes e Ofícios, deve no decorrer de dois mil e vinte, ser analisada a recuperabilidade deste saldo, por forma a que todos os requisitos financeiros, então mas é dois mil e vinte ou é dois mil e vinte um que se deve fazer a análise da recuperabilidade deste investimento, esta é a minha dúvida, é o ponto onze.

Depois no ponto catorze está tudo certo, no ponto quinze começa assim; “*Verificámos e validámos cerca os movimentos da conta*”, isto está certo? Isto não diz nada, perdoem-me, mas quem escreveu isto copiou de algum sítio onde não copiou tudo, é o ponto quinze, página doze.

Depois na página treze, ponto quatro ponto dois, ponto dois, alínea (iv) fala "*Existem bens que não estão totalmente amortizados o seu montante é de cinquenta e oito mil trezentos e setenta e cinco euros que deve ser regularizado em dois mil e vinte, de acordo com o novo normativo contabilístico*" então vamos normalizar coisas de dois mil e vinte? Se vamos eu não sei como, portanto, agradecia que me explicassem.

Vamos ponto quatro ponto dois, ponto três, página catorze, alínea (vi), "*Aplicado o Método da Equivalência Patrimonial concluímos que a participação na Palmela Desporto EM está subavaliada em noventa e oito mil seiscentos e quarenta e oito euros e a participação na ADREPAL está sobreavaliada em cerca de duzentos e cinquenta e quatro mil oitocentos e trinta e um euros. Em dois mil e um, e tendo em consideração o período de transição da IPSAS 33, deve o Município regularizar este procedimento*" isto está muito claro, ou seja, um está subvalorizado e o outro está sobrevalorizado, eu não sei se está, eu estou a ler o que o Sr. ROC que os Srs. contrataram por concurso, penso eu, diz.

Na página dezassete, na alínea e), fala da "*Verificámos a discordância entre o saldo da rubrica patrimonial oito milhões e oitocentos e noventa e nove mil quatrocentos e vinte e cinco euros, o saldo dos extratos de terceiros seis milhões cento e vinte e um mil oitocentos e vinte euros, e o saldo da receita por cobrar cinco milhões e seiscentos mil oitocentos e quarenta e um euros, o que reflecte uma divergência para a rubrica patrimonial clientes/contribuintes/utentes de cerca de três ponto três milhões de euros, diferença estável de anos anteriores. Deve no decorrer de dois mil e vinte e um ser apurada e regularizada a divergência*", voltamos a falar do mesmo, já tínhamos falado disto, anteriormente, não me parece independentemente daquilo que o Sr. Presidente disse que é uma questão das Finanças que consigamos manter isto durante muito mais tempo.

Depois na alínea l) "*Área que necessita de enfoque e reforço de capital humano, para no decorrer de dois mil e vinte e um, se regularizarem as várias divergências detetadas, por forma, a que as demonstrações financeiras apresentem uma imagem livre de ruído*" ora o Sr. ROC entende que há ruído nas contas do município e fala num ruído silencioso eventualmente.

Eu tenho sempre muitas reservas em relação àquilo que o ROC refere e escrevem, mas este por acaso, desta vez, tem aqui algumas intervenções que me parecem, deveriam de ser tidas em conta para que, no próximo ano, não tivéssemos que olhar para um relatório deste género, da mesma forma, de preferência com um novo ROC.

Era só Sra. Presidente muito obrigado, são notas, mas eu agradecia realmente estas questões se está certo ou não, esta questão de dois mil e vinte.

Muito obrigado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada.

Sr. Membro da Assembleia estava a basear-se no relatório do ROC, as situações que falou era do relatório do ROC?"

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"Todas no relatório do ROC, o relatório das Contas Consolidadas é um relatório que enfim, que diz pouco. É um relatório sobre a Palmela Desporto numa fase inicial e depois com as transferências conseguidas para as outras entidades, não agarrei nele agarrei, unicamente no relatório da conclusão das recomendações de auditoria do ROC, que é relativo às Contas Consolidadas, é neste ponto da ordem de trabalhos que se deve de tratar esta matéria, digo eu."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Então não sei se o Sr. Presidente da Câmara quer dizer alguma coisa sobre isto, estamos a falar do relatório do ROC, não estamos a falar das contas da Câmara."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Está em apreciação as Contas Consolidadas, o documento é elaborado de acordo com as normas técnicas da Contabilidade Pública, os mapas, os indicadores, as entidades participadas é perfeitamente claro e transparente quanto às questões do relatório do ROC, também tive dificuldade em acompanhar o raciocínio do Sr. Membro da Assembleia José Carlos Sousa, como não estamos a discutir o que eu posso é prometer ao Sr. Membro da Assembleia que, após a consulta ata, procurarei perceber melhor as questões que V. Exa., colocou e fazemos chegar ao ROC, as dúvidas ou os comentários para que possamos no futuro ter o documento tecnicamente poder ser escrito de outra maneira ou explicado de outra forma, ficamos todos certamente mais confortáveis, mas não lhe consigo responder pela certificação legal de contas, nem pelo relatório do ROC."

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"Eu aceito isso, agora, objetivamente este documento não pode ser feito sem este estar em atinência, não é?"

O Sr. Presidente da Câmara:

"Não, não, primeiro é feito este, depois o ROC é que faz o seu."

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"Claro, este está feito e é este que estamos a votar, mas temos que votar este à atinência deste ou não, mas aceito perfeitamente essa sua sugestão, como sabe eu estou sempre do lado da solução."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Percebemos."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Diga? Ajudem-me lá os documentos impressos são feitos com que critério, em função de quê?"

Do pedido dos Membros da Assembleia?

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"Os documentos impressos, posso dizer, são feitos para todos os líderes de bancada uma compilação, simplesmente este documento do ROC veio mais tarde, só veio na quinta-feira e foi nessa mesma quinta-feira que eu pedi que mo imprimissem e deixassem na minha secretária e foi isso que aconteceu."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sim, mas então os outros líderes de bancada não recebem este documento escrito?"

Certo já percebi, já há muito tempo que é assim, não se imprime os documentos todos.

Vamos ter isso em conta, não tem importância o relatório do ROC, portanto, eu peço-vos que olhem para os documentos e alguns que queiram por favor, peçam, de facto isto é tudo muito papel, muito papel, se não tomamos algum critério, nomeadamente de imprimir o que se quer... ok da próxima faz-se um exemplar para

cada uma das bancadas, incluindo estes documentos que chegam depois, o problema dos documentos do ROC é que chegam um bocado tarde, muito tarde, não é culpa dos nossos serviços.

Então mais alguma questão sobre este assunto?

No ponto três, não há mais nada para dizer?

Vamos votar as Contas Consolidadas.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com quinze votos a favor da CDU e quinze abstenções (oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do BE, um do MIM e um Independente – Mário Baltazar).

A Sra. Presidente da Mesa:

“Proposta seguinte, Sr. Presidente, Empréstimo Bancário, ponto quatro, quer adiantar alguma coisa?”

PONTO QUATRO – Empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiamento de aquisição e reabilitação de imóveis e de terreno – Adjudicação

O Sr. Presidente da Câmara:

“Sra. Presidente peço desculpa, estava distraído.

Relativamente a este empréstimo, na sequência da autorização de consulta para a contratação do mesmo, aprovado em Reunião de Câmara, procedeu-se ao envio de convites a várias entidades bancárias, conforme consta na proposta, deram entrada seis propostas dentro do prazo, todas cumpriam os requisitos exigidos na consulta efetuada no que diz respeito ao montante, aos prazos, ao tipo de prestações, etc. e à taxa de juro, foram então avaliados os requisitos na consulta o que levou a uma diferenciação das propostas e a respectiva classificação/ordenação e portanto está tudo aqui devidamente explicitado na proposta e o que se propõe é que seja submetida à consideração da Assembleia Municipal, a contratação do empréstimo bancário de médio longo prazo até ao montante máximo de um milhão de euros, à Caixa Geral de Depósitos, que foi a entidade que apresentou as condições financeiras mais favoráveis no nosso Spread e conseqüente encargos nos financeiros, nas condições e termos da proposta apresentada e este empréstimo destina-se a financiar os seguintes investimentos:

- Aquisição de imóvel para instalação de serviços em Pinhal Novo (antigo edifício da Pluricoop-Sul) quinhentos e cinquenta mil euros;
- Aquisição e reabilitação de imóvel para cedência em Pinhal Novo (antiga sede do Clube Desportivo Pinhalnovense) trezentos mil euros;
- Aquisição de terreno em Palmela, (diz respeito ao terreno frente à zona do Retiro Azul) cento e cinquenta mil euros.

Atenção que há aqui valores que não é propriamente o valor da aquisição do terreno, está aqui um valor acima até porque temos obras depois de conservação para fazer, em particular no caso do imóvel do Pinhalnovense, que será adquirido cerca de sessenta e oito a setenta mil euros e o restante capital é para a reabilitação do edifício, que é urgente a sua reabilitação.

Consideramos que são investimentos estratégicos, importantes, chegou-se a bom entendimento com as entidades, que pretendem alienar este património e o município considera que isto é importante para o concelho e para a comunidade.

Disse Sra. Presidente.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Muito bem.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, então sobre esta proposta, questões?

Vou dar a palavra ao PSD/CDS, Maria Rosa Pinto.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Mais uma vez, vem aqui um novo empréstimo, não sei se a Câmara teria necessidade de fazer este empréstimo para estas obras, mas o Sr. Presidente acha que sim em termos orçamentais e aqui o traz. Em todo o caso, referiremos o seguinte: sobre a aquisição do imóvel para instalação de serviços em Pinhal Novo antigo edifício da Pluricoop Sul, gostávamos de saber pormenores sobre o valor de quinhentos e cinquenta mil euros. Diz aqui que é só para aquisição e as obras?”

O Sr. Presidente da Câmara:

“É sim.”

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Não sei qual é a área do imóvel, se foi feita uma avaliação. Na proposta não consta nada, portanto, consideramos que não temos aqui todas as informações e agradecemos melhor esclarecimento. Mas isto é adquirido a uma instituição financeira, à Pluricoop, ou a uma massa insolvente? Não sei.

Relativamente à aquisição e reabilitação do imóvel para cedência em Pinhal Novo, também gostava que o Sr. Presidente esclarecesse melhor isto do imóvel para cedência. E a antiga sede do Pinhalnovense que nós até na nossa primeira campanha eleitoral da Coligação Palmela Mais, aqui trouxemos logo nos primeiros dias de mandato, tal era o estado de degradação do imóvel quando se entrava lá dentro e o Sr. Presidente na altura, tomou as providências para entaipar o edifício, se é o mesmo a que se está a referir nesta proposta.

Relativamente à aquisição do terreno em Palmela, o Sr. Presidente prestou aí alguns esclarecimentos, mas gostávamos de ver, isto também melhor esclarecido, portanto, estes três itens que somam um milhão, queríamos mais pormenores Sr. Presidente.

Obrigada.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada também.

Não vejo mais nenhum pedido de intervenção, Sr. Presidente da Câmara por favor.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Com certeza, aquisição de imóvel para instalação de serviços em Pinhal Novo, antigo edifício da Pluricoop Sul, o valor que aí está é o valor de aquisição à Caixa de Crédito Agrícola. O imóvel já esteve à venda por valores muitíssimo superiores e chegou a este valor, neste momento já utilizamos o imóvel apesar de ainda não termos adquirido e já estamos a passar para lá bens do Clube Desportivo Pinhalnovense, que entretanto teve que sair de outro imóvel da antiga Pluricoop, mas a norte, imóvel que o município alugava enquanto o Pinhalnovense, não pudesse voltar à sua antiga sede, portanto tudo isto tem um histórico, é por isso que aqui está referido que se trata de aquisição e reabilitação do imóvel para cedência, ou seja, nós vamos adquirir ao

Montepio a sede do Pinhalnovense, e depois, pretendemos reabilita-lo e voltar a alojar através de contrato comodato o Clube Desportivo Pinhalnovense, no local da antiga sede.

A aquisição de terreno em Palmela volto a dizer é o espaço, aqui tão falado tantas vezes, até por V.Exas., *“da antiga bomba de gasolina, que está ali, e agora incendiaram aquilo e não se requalifica”*, pois bem, nós temos o projeto pronto, aliás, até o apressamos porque íamos para uma via mais litigiosa, nomeadamente a expropriação por utilidade pública porque há mais de dez anos que andamos nisto e não conseguimos chegar a um entendimento com os proprietários, mas em boa hora, nos últimos dois anos, conseguimos encontrar uma solução e um valor, que é o valor que o município pode, não é, pode, do ponto de vista de disponibilidade financeira, é que é justo pagar, nós não andamos aqui a comprar coisas na litigância do mercado, a ver quem dá mais, as coisas obedecem a avaliações por peritos e portanto, nós só podemos comprar aquilo que foi devidamente avaliado e que tem um valor e que tem interesse público.

Chegámos a este valor também, os valores que nos pediram durante anos eram na ordem das centenas de milhares de euros e portanto, o valor até será ligeiramente inferior a este que aqui está, e aguardamos a autorização da proprietária para podermos assinar o contrato de promessa de compra e venda para podermos limpar o espaço e depois começar a lançar o concurso para a sua requalificação, com o projeto que já temos feito.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Então Srs. Membros da Assembleia sobre esta proposta mais, alguma questão?

Podemos votar?”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do BE, um do MIM e um Independente-Mário Baltazar).

A Sra. Presidente da Mesa:

“O ponto seguinte.”

PONTO CINCO – Tomada de Posição sobre o Centro Hospitalar de Setúbal

A Sra. Presidente da Mesa:

“A 20 de abril de 2021 foi rececionada na Assembleia Municipal, uma Moção apresentada pelo Conselho Clínico do Centro Hospitalar de Setúbal, solicitando a especial atenção e auxílio deste órgão deliberativo, para a resolução dos problemas nela identificados.

Assim, face ao exposto e de acordo com o explicitado na alínea c) do n.º 2 do art.º 11.º do Regimento da Assembleia Municipal de Palmela, propõe-se que esta aprove a Moção em apreço.

A Sra. Presidente da Mesa disse o seguinte:

“Recordo que veio aqui à nossa última Assembleia extraordinária, mas como por lapso não tinha sido distribuída aos Membros da Assembleia efetivamente a moção que nos foi enviada pelo Conselho Clínico do Centro Hospitalar de Setúbal e a pedido dos Srs. Membros da Assembleia o tema foi reagendado para hoje, portanto, da minha parte, não tenho mais a acrescentar.

“Recordo apenas que fizemos uma reunião ainda o ano passado, que este ano em meados de abril, o Centro Hospitalar enviou esta moção e nós abordámo-la na nossa última reunião, evocando genericamente, foi feito

por alguns Membros da Assembleia, o acordo relativo, o acordo, isto é, a preocupação em relação aos assuntos identificados nesta moção.

Pergunto aos Srs. Membros da Assembleia se há mais alguma questão que aqui queiram introduzir, está aberta a discussão, vou dar a palavra à bancada do PSD/CDS, Maria Rosa Pinto.

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“Ora antes de mais, e continuando na opinião que tenho, independentemente da razão da moção, eu gostava de saber e, contrariamente ao que a CDU fez em Setúbal, por exemplo, que inicialmente também teve esta intenção e depois retrocedeu, ao abrigo de que artigo do regulamento da Assembleia Municipal é que vamos levar esta moção de uma entidade externa a votação. Isso é o primeiro ponto de ordem à Mesa.

Em segundo lugar, diremos que na generalidade, tirando alguns pormenores específicos aqui abordados por médicos relativamente ao funcionamento interno do hospital, que para nos pronunciarmos teríamos que ouvir em sede de comissão da matéria da saúde, se calhar, enfermeiros, médicos, e outras entidades, portanto, o que consideramos aqui, é que o trabalho por parte da Assembleia Municipal, relativamente a esta moção ou a todos os assuntos que são apresentados nesta moção, ou a grande parte deles pelo menos, podia-se ter desenvolvido trabalho atempado pela Assembleia Municipal, pelo que consideramos que levar uma moção de uma entidade externa votada no Conselho Clínico do Centro Hospitalar de Setúbal, não é correto do ponto de vista da votação na Assembleia Municipal. E mantemos esta posição, independentemente de todas as razões que a que os médicos aludem e com as quais nos solidarizamos. E é isso que queremos ver aqui esclarecido nesta Assembleia Municipal, ao abrigo de que artigo do regulamento é que isto vai ser votado.

É só.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Tenho um pedido do Partido Socialista, José Carlos de Sousa.”

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

“Muito obrigado Sra. Presidente.

Espero também para ouvir a sua resposta, enfim eu terei a minha, mas espero que a Sra. Como Presidente terá que dar a resposta correta em relação a tudo isto. De qualquer maneira eu gostava de lhe dizer que nós não temos este tipo de objeção e entendemos, no entanto que, aliás como já tinha dito na sessão anterior, que há aqui alguns aspetos com os quais nós temos alguma dificuldade em lidar, votaremos favoravelmente a moção sem problema absolutamente nenhum, agora tem que deixar claro que esta questão do ponto nove, que fala pelas razões evocadas declina completamente quaisquer responsabilidades que alegadamente lhe possam vir a ser imputadas pela não concretização das candentes obras de ampliação e reabilitação pois a sua ação pauta-se por uma atitude interventiva e responsável de natureza cívica que não pretende abdicar, o meu papel aqui é político, não é, o nosso, todos que estamos aqui, não nos cabe dizer se esta decisão técnica que aqui está tomada, tem ou não uma realidade efetiva e portanto, temos alguma reserva na votação, mas, fá-la-emos com, enfim, partindo do pressuposto que, ninguém nunca escreveu este ponto nove ilibando-se de algumas responsabilidades.

De qualquer forma dizer que neste momento há uma verba de um ponto oito milhões de euros libertada pelo Governo para o lançamento do concurso relativo à empreitada ampliação das urgências do Hospital São Bernardo em Setúbal, e esta verba já deu a vinte e dois de junho, entrada na conta bancária do Centro Hospitalar e, portanto, houve aqui uma reunião em que o Sr. Vereador, mas enquanto membro do Partido Socialista esteve presente com a administração do hospital, onde alguns dos aspetos que foram aqui mencionados e um pouco mais escalpelizados.

Dizer-vos só, que em termos de recursos humanos, o Hospital de Setúbal passou de dois mil cento e sessenta e dois elementos em dois mil e dezanove, para dois mil trezentos e dezanove em dois mil e vinte, com um,

acrécimo essencialmente de pessoal de enfermagem, e de pessoal assistente técnico, e que em dois mil e dezanove, houve um investimento em equipamento, edifícios e outras construções, de oito ponto um milhões de euros num hospital e que em dois mil e vinte houve um investimento de quinze ponto nove milhões de euros, portanto, houve sempre uma atenção específica para com o hospital, sendo que esta tomada de posição da equipa de diretores de serviços que reuniram connosco na sala de exposições da Biblioteca Municipal de Palmela, enfim, já foi há algum tempo, portanto, há aqui questões que eventualmente já estão ultrapassadas, mas da nossa parte nada a obstar em relação à votação em relação à moção.

Como sabe a minha ideia era também que a Assembleia promovesse uma moção, a Sra. Presidente foi sempre contra e entendeu trazer esta, não é por isso que nos desentenderemos, nem é por isso, com certeza que não votaremos favoravelmente a moção.

Muito obrigado, era só.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada também.

Tenho agora o pedido intervenção do Bloco de Esquerda, Tânia Ramos.”

A Sra. Tânia Ramos do BE:

“Boa noite a todos os presentes, cumprimento através da Sra. Presidente, todos os que estão aqui nesta sala e todos os que estão a acompanhar-nos através de casa.

Em relação àquilo que foi dito pela colega e Membro Rosa Pinto, a Assembleia Municipal pode e deve ter tomadas de posição em relação aos assuntos que lhe são solicitados, como foi o caso desta reunião que nos foi solicitada, ou seja, não fomos nós que fomos à procura do assunto foi um grupo, neste caso o Corpo Clínico do Hospital, que se dirigiu à Assembleia e pediu para que os ouvíssemos e na realidade, para que tomássemos uma posição e a Assembleia nos seus estatutos pode fazê-lo, e está a fazê-lo nesta noite.

O Bloco de Esquerda, irá votar favoravelmente, até porque aquilo que se trata independentemente da moção ter moldes específicos e serem reivindicadas determinados assuntos muito específicos, no global, aquilo que é pedido é, melhores condições para os cidadãos que usufruem deste Centro Hospitalar. O Bloco de Esquerda não poderia ter outra participação e outro voto, que não, votar favoravelmente todas as reivindicações que sejam feitas para melhorar a qualidade de vida e para melhorar infraestruturas que têm um peso e uma dimensão gigantesca, para quem precisa de usufruir de cuidados de saúde primários especializados, como é o caso do Hospital e do Centro Hospitalar que estamos a falar.

A nosso ver não é necessário fazer qualquer tipo de alteração, votaremos o documento na íntegra, porque aquilo que é importante reter no nosso ponto de vista, são as reivindicações e apoiar mais uma vez as populações e aquilo que elas mais necessitam, que são os cuidados de saúde de qualidade com as garantias de que as verbas atribuídas sejam diferenciadas, seja feita a requalificação que tanto é necessária e, por isso, concordamos com aquilo que hoje aqui, é trazido como tomada de posição sobre o Centro Hospitalar de Setúbal.

Disse, Sra. Presidente.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada.

Perguntou se há mais alguma intervenção sobre este assunto?

Ainda não falei, só estou a perguntar se há mais alguma questão, quero falar depois de todas as questões colocadas, portanto, se tiver alguma questão para colocar, coloque agora ... muito bem, relativamente à

questão colocada pela Membro da Assembleia Maria Rosa Pinto, a questão é esta, em primeiro lugar a Assembleia é absolutamente soberana para aceitar os documentos que entender, uma questão de princípio em relação a qualquer Assembleia, segundo, o tema, não é desconhecido, foi previamente acordado entre nós, terceiro o tema foi alvo de uma reunião, quarto, o tema foi alvo de um documento escrito pelos próprios, e, portanto, não há uma única maneira de fazer estas coisas, é evidente que nós podíamos ter agarrado nesta moção implicaria um outro nível de comprometimento em termos de trabalho desta Assembleia nisso estamos de acordo, quer dizer nenhum de nós ia fazer uma moção, eu não o faria, nem aprovaria uma moção sobre estes temas tão concretos, tão detalhados, a não ser com conhecimento profundo sobre a situação, não tivemos um ano com condições para isso, não tivemos condições de trabalho propícias ao desenvolvimento de tal estratégia, e portanto, pareceu-me que o mais correto, o mais sensato e ninguém disse aqui o contrário, ninguém disse aqui o contrário, fosse exatamente tomar por referência o documento que os próprios fazem, é muito simples, quer dizer, nós não temos que dizer se o assunto é assim ou é assado, o que nós temos que dizer e eu penso que é isto que, nos, enfim, acompanho muito a intervenção que foi feita agora pela bancada do Bloco de Esquerda, o que nós temos que dizer é face à preocupação que temos com este tema pela importância que ele tem para a população da região e para a população do nosso concelho, de facto, nós só podemos acompanhar com grande preocupação as preocupações que são colocadas neste momento.

Eu acho que é isto que a Assembleia tem que dizer, não é preciso inventar mais nada, desculpe..., oiça é votado o documento que está aqui, é votado o documento que foi apresentado sob a forma de moção podia ser outra coisa qualquer, ela aparece, aliás, percebe que aparece na nossa ordem de trabalhos como um ponto, não é confundido, não veio como moção ao período de antes da ordem do dia, porque esse efetivamente é da nossa responsabilidade, e somos nós que apresentamos moções, o Hospital de Setúbal ou o Conselho Clínico do Centro Hospitalar de Setúbal chamou-lhe moção, podia ter-lhe chamado outra coisa qualquer, nós assumimos isto como um assunto trazido à ordem de trabalhos da Assembleia Municipal e enfim, eles chamaram moção, nós não alteramos não é, tomamos o documento, como bom e, portanto, manifestamos, apoiamos a preocupação que aqui está, eu acho que é isto nós podemos fazer, não é a moção do hospital apresentada no período de antes da ordem do dia, para nós estarmos como tal, não é, portanto, a Assembleia é livre de aceitar de facto as propostas que entender, a mesa, nomeadamente que faz a gestão dos trabalhos, eu não vejo aqui nenhuma objeção, percebo a sua implicância com a questão de estilo, mas, de facto, não há um modelo único aqui..."

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"Não ouvimos."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Não, nós tivemos, não desculpe lá, não, não, pode Dra. Rosa Pinto, não pode, desculpe lá, não, faça como costuma fazer, faça...já percebemos a sua estratégia e a sua questão... oh! Sra. Membro da Assembleia é livre de fazer isso onde quiser, eu sei que essa é a sua questão, essa é a sua questão, muito bem, pronto então sim senhora, muito bem, ótimo, então vamos votar.

Há-de de ter essa liberdade, não vote, está no seu direito, não sou eu que estou a insistir é a Sra., vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, dois do BE um do MIM e um Independente-Mário Baltazar) e três abstenções (três do PPD/PSD.CDS-PP).

A Sra. Presidente da Mesa:

"Vou dar a palavra à bancada do PSD/CDS, para a sua declaração de voto."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

“São questões formais que consideramos essenciais num funcionamento de uma Assembleia Municipal. Efetivamente consideramos que a Assembleia Municipal e a respetiva Comissão não fez o seu trabalho após a reunião que teve com os médicos.

Nós defendemos as obras para o Hospital de Setúbal, e queremos que isto fique bem claro, e que esta declaração de voto, a qualquer entidade que seja enviada a votação, requeremos, que seja anexa. Há aqui uma moção elaborada pelo Centro Clínico do Centro Hospitalar de Setúbal. Tecnicamente consideramos que esta moção não pode ser votada nesta Assembleia Municipal. E efetivamente o trabalho teria que ter sido outro. É uma questão formal, mas para nós também uma questão essencial e solidarizamos-nos com os médicos e com todos os profissionais de saúde deste hospital, pois bem sabemos as dificuldades que têm sentido. No entanto, não abdicamos das formalidades e das competências desta Assembleia e mantemos a nossa posição.

E é só.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Vamos continuar então, passamos ao ponto seis, Sr. Presidente, Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais.”

PONTO SEIS – Autorização para assunção de compromissos plurianuais resultantes de «Contrato de gestão de eficiência energética», a celebrar com o consórcio AMENER – Eficiência Energética, S.A e Amener III Smart Energy, Unipessoal, Lda., ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro - retificação

O Sr. Presidente da Câmara:

“Muito obrigada Sra. Presidente.

Muito telegraficamente, já havíamos trazido aqui esta proposta, mas a proposta continha um lapso de escrita nos valores da repartição de encargos, o qual embora materialmente irrelevante, consideramos que importa corrigir, portanto, aqui na repartição de encargos entre dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e cinco, havia também nos anos seguintes, uma diferença de nove cêntimos, nesta questão aqui da contabilidade, dos programas e do CNNC, às vezes nem se trabalha com cêntimos, arredonda-se, mas havia aqui este lapso, mas como enfim, consideramos que a proposta que vai depois a Tribunal de Contas pode haver problemas por causa dessa diferença, o que foi feito, foi a redistribuição dos nove cêntimos pelos anos de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e cinco, e manteve-se o valor para os anos seguintes que já está fora do atual orçamento, o orçamento agora é para cinco anos, manteve-se esse valor inalterável e o que se fez, foi redistribuir os nove cêntimos entre dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e cinco, e consideramos que com este lapso corrigido o Tribunal de Contas não irá esbarrar aqui num cêntimo ou numa vírgula e mandar o processo para trás.

E é isto.”

A Sra. Presidente da Mesa:

“Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre esta proposta?

Alguma questão?

Podemos votar.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do BE, um do MIM e um Independente-Mário Baltazar).

A Sra. Presidente de Mesa:

“Terminamos com esta proposta a nossa Assembleia, queria agradecer a todos a participação, desejo-vos, uma boa noite, continuação de uma boa semana, e até à próxima reunião, boa noite a todos.”

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e quatro horas e oito minutos do dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte e um, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos vinte e nove dias de junho de dois mil e vinte e um.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete